

SEMINÁRIO ADVENTISTA LATINO-AMERICANO DE TEOLOGIA
CAMPUS ENGENHEIRO COELHO – SÃO PAULO
MESTRADO EM TEOLOGIA

**MANUAL DA IASD NO SÉCULO 21: FERRAMENTA INDISPENSÁVEL
OU INSTRUMENTO DESCARTÁVEL?**

JOÃO NICOLAU GONÇALVES

ENGENHEIRO COELHO – SP
2015

JOÃO NICOLAU GONÇALVES

**MANUAL DA IASD NO SÉCULO 21: FERRAMENTA INDISPENSÁVEL
OU INSTRUMENTO DESCARTÁVEL?**

Pesquisa apresentada em cumprimento
parcial dos requisitos para o programa de
Mestrado em Teologia

Orientador: _____

ENGENHEIRO COELHO – SP

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

**MANUAL DA IASD NO SÉCULO 21: FERRAMENTA INDISPENSÁVEL
OU INSTRUMENTO DESCARTÁVEL?**

Projeto de Pesquisa apresentado em cumprimento
parcial dos requisitos para o programa de
Mestrado em Teologia

por

JOÃO NICOLAU GONÇALVES

COMISSÃO DE APROVAÇÃO:

Renato Stencel, D.Ed.
Orientador

Ozeas Caldas Moura, T.h.D.
Diretor do Programa de Pós-Graduação

Data de Aprovação

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 4 |
| 1.1 Síntese da bibliografia fundamental | 5 |
| 1.2 Problemática da pesquisa | 8 |
| 1.3 Hipóteses | 9 |
| 1.4 Objetivo Geral | 10 |
| 1.5 Objetivos Específicos | 10 |
| 1.6 Justificativa | 11 |
| 1.7 Relevância pessoal | 11 |
| 1.8 Relevância ministerial | 12 |
| 1.9 Relação com a linha de pesquisa do curso | 12 |
| 1.10 Metodologia | 12 |
| 2 A HISTÓRIA DO MANUAL DA IASD | 16 |
| 2.1 A Origem do Manual | 17 |
| 2.1.1 Contexto organizacional do Adventismo Pós-Milerita | 17 |
| 2.1.2 O Surgimento na Assembleia da Conferência Geral da IASD | 19 |
| 2.1.3 Razões contrárias à aprovação do Manual em 1883 | 26 |
| 2.2 O Amadurecimento do Manual | 28 |
| 2.3 O Estabelecimento do Manual | 32 |
| 2.4 O Desenvolvimento do Manual | 34 |
| 3 A FUNÇÃO DO MANUAL DA IASD | 37 |
| 3.1 Fortalecimento da Unidade | 40 |
| 3.1.1 Unidade na Bíblia | 40 |
| 3.1.2 Unidade no Manual da Igreja | 42 |
| 3.1.3 O Conteúdo do Manual da Igreja | 44 |
| 3.2 Auxílio na Preservação da Identidade | 49 |
| 3.2.1 Identidade Adventista do Sétimo Dia | 50 |
| 3.2.2 Influência do Pensamento Pós-Moderno | 52 |
| 3.2.3 Manual como fonte integradora dos procedimentos e princípios | |
| Adventistas | 54 |
| 3.3 Estrutura para a formação de uma consciência Missionária | 56 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 60 |
| 4.1 Resumo | 60 |

| | |
|-----------------------|-----------|
| 4.2 Conclusões | 61 |
| REFERÊNCIAS | 63 |

1 INTRODUÇÃO

A Igreja Adventista do Sétimo Dia é uma Igreja mundial, presente em 209 países. Em meio a este pluralismo étnico e a crescente ênfase pós-modernista de novos métodos e estratégias administrativas surgem desafios para a manutenção da unidade e preservação da identidade na Igreja Adventista em âmbito mundial.

Existe a possibilidade dos princípios serem diminuídos ou afrouxados, tornando cada vez menor a diferença entre o estilo de vida adventista e o comportamento secular. Os princípios devem deixar suficiente margem para as pessoas pensarem, aprenderem e fazerem escolhas. Estes princípios, por serem bíblicos, podem produzir uma excelente estrutura para boas decisões. Desta maneira, a Igreja não perde sua identidade e influência, prosseguindo vigorosa e eficiente para enfrentar os desafios diários.

O apóstolo Paulo, em I Cor. 14:40, afirma que as ações na Igreja devem ser realizadas com “decência e ordem”. O verso 33 do mesmo capítulo afirma: “Porque Deus não é de confusão, e sim de paz. Como em todas as igrejas dos santos”. Com estes textos em seu prefácio, oficialmente, em 1932, foi publicada a 1^a edição do Manual da Igreja. O propósito pioneiro foi unificar, organizar e preservar os procedimentos eclesiásticos

A organização faz parte da base de toda a instituição que almeja o sucesso. “Método e ordem manifestam-se em todas as obras de Deus, em todo o universo. A ordem é a lei do Céu e deveria ser a lei do povo de Deus sobre a Terra” (White, 2008 p. 26).

No decorrer da história do adventismo foram surgindo problemas relacionados com organização, procedimentos e normas, sugestões foram sendo propostas. Muitas dessas soluções, testadas ao longo dos anos, fazem hoje parte do manual da Igreja. Com o crescimento global da Igreja, notou-se a necessidade de uniformidade em seus atos. Tornou-se real e urgente a produção de um guia sobre a administração da Igreja, para manter as práticas e normas denominacionais em todo o mundo.

As orientações do manual protegem a Igreja de provas e erros que debilitam, bem como da falta de coesão, injustiça e, às vezes, apostasia total. Os princípios e normas encontrados neste livro contribuem para a preservação da uniformidade da Igreja em todo o mundo.

Para superar os desafios, problemas, extremismos e liberalismos existentes em uma Igreja de proporções mundiais e para manter a unidade e o comprometimento em meio a muitas culturas, a Assembléia da Conferência Geral da Igreja Adventista em 1931 votou oficialmente seu livro de orientações oficiais: O Manual da Igreja. As descrições precisas das normas e objetivos da Igreja apresentados nesse manual têm ajudado a unificar, consolidar e expandir a Igreja Adventista em todo o mundo.

É recapitulando o passado que a Igreja do presente revigora sua confiança na certeza de que o Movimento Adventista não é de origem humana, mas que foi iniciado pela ação de Deus num cumprimento incontestável das profecias dos livros de Daniel e Apocalipse. “Nada temos que recear quanto ao futuro, a menos que esqueçamos a maneira em que o Senhor nos tem guiado, e os ensinos que nos ministrou no passado” (White, 1987, p. 162).

Ao ser revista sua história, desde o desenvolvimento doutrinário e organizacional, percebe-se que os adventistas entendem que sobre eles pesa a responsabilidade de anunciar ao mundo o último apelo evangélico no contexto da tríplice mensagem apocalíptica de Ap 14:6-14. O movimento espera em breve cumprir a grande comissão de Mt. 28:18-20. Com a elaboração de um manual o pensamento é que o mesmo seja um instrumento ou ferramenta para contribuir no processo da conclusão da obra de Deus.

1.1 Síntese da bibliografia fundamental

Em seu período organizacional, os pioneiros do movimento adventista, a princípio foram relutantes em relação a idéia de instituírem uma denominação. Temiam alguma forma de centralização, algum método arbitrário e um sistema de governo. Entretanto com o passar dos anos e com o número de membros aumentando, sentiu-se a necessidade de um sistema sólido que fortalecesse o movimento, organizasse as Igrejas e expandisse sua mensagem. Com o estabelecimento da Associação Geral em 1863, muitas destas preocupações cessaram. Porém algumas incertezas continuaram e outras foram surgindo.

Na seção do desenvolvimento, onde será estudada a origem e o desenvolvimento histórico do manual, as seguintes obras serão relevantes: Na obra de Pipin (2005), no artigo escrito por Damsteegt, o autor descreve que entre 1878-79

“muitos líderes de Igreja expressaram o desejo de ser estabelecido um manual para unificar os procedimentos eclesiásticos e auxiliar líderes com pouca experiência” (2005, p. 654 e 655). O artigo de Beach (1979, p. 11-13) corrobora com o pensamento de Damsteegt afirmando que o crescimento da Igreja na época fez com que se tornasse necessário certo grau de uniformidade na conduta. Provendo uma descrição histórica do desenvolvimento organizacional do adventismo na época, as obras de Montgomery (1943); Crisler (1938); Schwarz e Greenleaf (2002) auxiliaram significativamente para a compreensão do contexto histórico que levaram os líderes a desejar um manual.

A *Review and Herald* (dezembro, 1882) apresenta detalhes sobre o desenvolvimento primário da origem do manual com a publicação de uma seção intitulada “Instruções aos oficiais da Igreja”, de autoria da Assembleia da Associação Geral de 1882. Em ligação com este artigo, Gil Valentine, em um artigo na revista *Ministry* (abril, 1999) apresenta minuciosamente os desdobramentos de 1882 e pontua os detalhes da tentativa fracassada, em 1883 de se adotar oficialmente um manual na sessão da assembléia da Conferência Geral daquele ano. G. I. Butler, presidente da Associação Geral, no artigo intitulado “*No Church Manual*”, da *Review and Herald* (novembro, 1883, p. 27) apresenta as razões da negativa por parte da maioria dos delegados de oficializar um manual. Entre os motivos apresentados, eles entendiam que a elaboração de um manual poderia se tornar um teste de ortodoxia para os fiéis e um inicial afastamento da Bíblia.

Em outro artigo de Valentine (Junho, 1999), o autor examina as minúcias institucionais de como a igreja tratou da necessidade de um manual, a partir de 1883, todo o desenvolvimento histórico até a publicação oficial de um manual em 1932 é apresentado. No desenvolvimento histórico e literário da origem e dos propósitos de um manual, um livro destacado por Valentine é o de John. N. Loughborough, publicado em 1907 e intitulado: *The Church, Its Organization, Order, and Discipline*. Esse livro ocupou, durante muito tempo, um lugar de honra no movimento e é considerado o antecessor do manual oficial, embora fosse um empreendimento pessoal, Valentine afirma que ele veio a ser considerada uma espécie de manual de Igreja não oficial durante 20 anos após sua publicação. Isto devido à sistematização das normas e procedimentos adotados até então. O autor ilustra uma evolução clara na cultura da denominação, durante este período, progredindo de uma abordagem mais centralizada para a vida denominacional. O

foco de seus escritos é sobre a igreja como uma organização ampla, em oposição ao congregacionalismo.

Para a solidificação deste estudo histórico os seguintes periódicos serão úteis: Review and Herald (1875-1932); The Church Officer's Gazette (1914-1932), Os boletins das seções das Assembleias da Conferência Geral (1863-1936) e as edições do manual da igreja (1932-2010).

Na próxima seção deste trabalho, onde serão apontados os propósitos e serão apresentadas as razões para a necessidade de um manual de orientações, os seguintes autores fornecerão uma visão ampla das características da cultura pós-moderna: Hiebert falando sobre tendências culturais afirma que “o evangelho não pertence a nenhuma cultura” (1999, p. 29). Segundo Veith, “na cultura pós-moderna não existe verdade absoluta” (1994, p. 15), Smith (2005) tratará dos efeitos emergentes desta cultura na igreja, A assim chamada crise de identidade é vista como “parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.” (Hall, 2005, p. 7). Além de Harvey (1999); Erickson (1999) e Sanneh (1996).

A edição do primeiro manual (Ed. McElhany, 1932), dá prosseguimento ao trabalho de Loughborough, apresentando os principais objetivos que guiaram a Igreja ao longo de décadas para a elaboração de um manual oficial. Em seu conteúdo, o editor deixa claro que o manual é a expressão do conceito da Igreja Adventista do Sétimo Dia sobre a vida cristã, o governo e a disciplina da Igreja, baseados em princípios bíblicos. Ele expressa a autoridade de uma Assembleia da Associação Geral devidamente convocada.

Após 1932, o manual começou a ser utilizado oficialmente pela Igreja em todo o mundo. O artigo de Luiz Waldvogel (1941) traz informações úteis a respeito desta literatura. Ele aconselha os membros a utilizarem o manual em suas Igrejas. Segundo ele, o manual apresenta os traços gerais da boa administração eclesiástica e do perfeito entendimento mútuo dos membros. Iniciou-se então a fase do desenvolvimento desta ferramenta administrativa. O manual publicado em 1951 apresenta informações históricas a respeito de seu desenvolvimento nesta época e de importantes decisões tomadas entre 1946 e 1950.

No livro Administração da Igreja (Pinho, 1980), o autor desenvolve uma resenha bíblica apresentando a importância da organização e uniformidade,

afirmando que ela sempre esteve presente na Igreja de Deus. Ordem e organização era o desejo dos pioneiros, através do manual este princípio é alcançado.

1.2 Problemática da pesquisa

Desde o início do movimento adventista houve a preocupação do mesmo ser estabelecido sobre princípios bíblicos. Não apenas no aspecto doutrinário, mas também no organizacional e prático. Um número considerável de pioneiros veio de denominações que haviam rejeitado parte das Escrituras. Estas Igrejas tornaram-se frias e formais e acabaram expulsando os membros que aceitassem a doutrina bíblica do Advento. O princípio Sola Scriptura sempre foi a estrutura de fundamentação do adventismo. A elaboração de um manual não estaria assumindo a função de formação da igreja, em vez da Bíblia? Como foram organizadas suas normas e procedimentos? Com a manifestação do dom profético na pessoa de Ellen G. White na Igreja Adventista, o plano de se possuir um Manual encontra evidência em seus escritos?

O nome Igreja Adventista do Sétimo Dia foi escolhido em 1º de Outubro de 1860, na Assembléia em Battle Creek, Michigan. O nome é uma referência a suas crenças distintivas. A primeira igreja foi organizada em Parkville, Michigan em 13 de Maio de 1860. Em 1861 foi criada a primeira Associação, no estado de Michigan, sendo J. N. Louhborough o presidente. A associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia, órgão superior administrativo foi organizada em 21 de maio de 1863. Esta fase da história do adventismo é conhecida como Período de Organização. Com todo esse desenvolvimento organizacional o que deu origem a formação de um manual eclesiástico? Por que somente 68 anos depois foi votada a publicação oficial do Manual? Como se deu seu desenvolvimento ao longo dos anos?

Com a Igreja em forte expansão mundial em 1931, a comissão da Associação Geral votou publicar oficialmente um manual da Igreja. O escolhido para o preparo dos originais foi J. L. McElhany, então vice-presidente da Associação Geral para a América do Norte. Estes originais foram cuidadosamente examinados pela Comissão da Associação Geral e publicados em 1932. Apesar de todo o esforço da administração da Igreja em publicar um Manual de orientações para seus membros e oficiais, quais foram os propósitos que nortearam a produção desta literatura? O que motivou os líderes do passado a desenvolverem um manual universal de

administração de Igreja? Há necessidade de um manual para orientar as ações da Igreja?

1.3 Hipóteses

Um dos fortes argumentos para o preparo de um manual foi o perigo do afastamento da Bíblia. Porém os ensinos das Escrituras apoiam os princípios que originaram o manual. Isto porque a Bíblia orienta que as ações na Igreja devem ser conduzidas com decência e ordem (I Co 14:40), é visto que a confusão não tem origem em Deus (I Co 14:33). Há necessidade de ações harmoniosas (Am 3:3) para a unidade no corpo de Cristo (ICo. 12:12-27). Percebe-se que onde não existe um sistema estabelecido de leis, a tendência é cada indivíduo tomar suas próprias decisões (Jz. 21:25), perdendo-se de vista a uniformidade de suas ações. As normas e orientações do manual estão estabelecidas sobre estes princípios de ordem, organização, unidade e harmonia. O manual é a sistematização em um volume dos princípios bíblicos, que regem a administração eclesiástica, através destes princípios evidencia-se a formação de um manual para a praticidade e agilidade de suas ações. A Igreja é a “coluna e baluarte da verdade” (I Tm 3:15), ela está edificada sobre um firme fundamento (Mt. 16:18), este fundamento é o próprio Cristo (I Co 10:4). A Igreja Adventista é um movimento profético (Dn 8:14), baseado exclusivamente na Bíblia (Jo 17:17; Jo 5:39; Jo 8:32).

A Igreja Adventista estava vivendo um período de crescimento. Com esta expansão sobreveio complexidade sobre a denominação. Novas Igrejas estavam constantemente sendo estabelecidas, ministros não haviam recebido formação adequada e não havia um padrão eclesiástico para as ações. “Diversidade considerável de práticas e, por vezes, confusão existiu entre as igrejas” (Valentine,1999, p. 2). O que pode ter motivado os membros e líderes da época a desejarem um manual de Igreja foi o objetivo de organização, uniformidade em suas ações e preservação das normas e práticas estabelecidas. Entende-se que este período de 68 anos que antecedeu o voto para o estabelecimento de um manual oficial, foi devido a muitos pioneiros entenderem que o manual poderia ser o primeiro passo para um afastamento da Bíblia por parte da Igreja. Havia a possibilidade do formalismo, o manual poderia se tornar um teste de ortodoxia. Eles entendiam que era necessário ordem e organização, mas a produção de um manual não seria

necessário. Percebe-se que o desenvolvimento do manual foi gradual, a partir de 1946 foi votado que todas as mudanças deveriam ser autorizadas em uma Assembléia da Associação Geral. A partir de 1950 cada Divisão do campo mundial prepararia um suplemento adicional ao manual, aplicável às condições e circunstâncias para sua região administrativa.

Com a Igreja estabelecendo-se em todo o mundo, percebeu-se uma lacuna na denominação. Não existia um modelo estruturado e votado que regesse a organização em suas decisões. Percebeu-se a necessidade de padronizar as decisões já tomadas e estabelecerem outras para os desafios emergentes. Cada desafio exigia uma resolução. Motivados em atestar o sucesso da Igreja, em alcançar seu objetivo maior (Mt 28:18-20), provendo para isso excelência organizacional e com propósitos significativos de preservar suas decisões, dar uniformidade em seus procedimentos, manter a unidade mundial em seus princípios, o manual foi instituído oficialmente.

Atualmente dentro de uma cultura pós-moderna onde o relativismo impera e a autoridade e as leis são questionados, o manual surge como um veículo prático administrativo, sem ele a Igreja perderia seu senso orgânico, diminuiria sua influência na comunidade e invalidaria sua identidade em meio a muitas culturas. Estas características validam a presença de um manual oficial hoje na Igreja.

1.4 Objetivo geral

Estruturar os propósitos do manual para se verificar a necessidade desta literatura para a Igreja Adventista do Sétimo Dia no século XXI. Examinar sua história verificando os motivos de sua origem e seu desenvolvimento ao longo dos anos. Estudar a mentalidade pós-moderna e apresentar as contruições do manual, para a preservação da identidade da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

1.5 Objetivos específicos

- Conhecer as razões que impediram seu estabelecimento em 1883;
- Investigar a origem que motivou a formação de um manual;
- Compreender seu desenvolvimento histórico ao longo dos anos;

Encontrar nos escritos de Ellen G. White, evidências que aprovam a formação de um manual para a Igreja Adventista.

- Apontar seus objetivos e função para a Igreja em âmbito mundial;
- Descrever os benefícios da utilidade do manual;
- Examinar a necessidade de princípios unificadores em uma cultura pós moderna.

1.6 Justificativa

O tema em estudo colaborará para o resgate da memória adventista em seu período de desenvolvimento organizacional, no que diz respeito à formação de um manual eclesiástico. Devido a escassez de literatura sistematizada nesta área, a pesquisa fornecerá um histórico descritivo da origem e desenvolvimento desta ferramenta administrativa.

Em uma sociedade pós moderna caracterizada pela indiferença e movida pelo relativismo onde líderes e leis são questionados, o presente estudo possui uma relevância significativa para os desafios práticos e administrativos de uma Igreja mundial. Uma melhor compreensão dos propósitos do manual contribuirá para a manutenção da unidade, preservação da identidade e atenção constante em sua prioridade evangelística, além de proteger o movimento de grupos tendenciosos, que tendem a desequilibrar as atividades eclesiásticas e atrasar sua expansão global.

1.7 Relevância pessoal

O interesse pelo assunto em questão surgiu devido aos desafios pastorais de liderar a Igreja em uma cultura diversificada. Percebeu-se que esta literatura é questionada, seus procedimentos, normas e objetivos não são conhecidos pelos membros da Igreja, muitos nem mesmo tem conhecimento de sua existência. Verificou-se que para a preservação da uniformidade da Igreja e a manutenção de sua identidade faz-se necessário um estudo histórico teológico para analisar a utilidade desta ferramenta na Igreja. Buscar compreender as motivações que levaram os líderes do passado a elaborarem este material, investigar como se deu

sua origem e seu desenvolvimento histórico ao longo dos anos auxiliará para a compreensão da unidade na Igreja e seu objetivo redentor.

1.8 Relevância ministerial

Este trabalho auxiliará significativamente a atividade ministerial frente à igrejas com características pós-modernas e com tendências culturais não bíblicas. O estudo contribuirá para manter a unidade na Igreja diante de ondas de críticas, legalismos, liberalismos e questionamentos de procedimentos eclesiásticos.

A comunidade acadêmica será beneficiada com a formação de um estudo detalhado que resgata uma seção da memória adventista e fornecerá razões práticas para a formação de um livro de orientações eclesiásticas.

A área ministerial será auxiliada com um trabalho que apresentará a necessidade da utilização do Manual da Igreja frente aos desafios eclesiásticos. Protegerá a Igreja de métodos filosóficos seculares de administração eclesiástica.

A membresia será assessorada com um estudo que identificará os objetivos e valores da utilização do Manual da Igreja.

1.9 Relação com a linha de pesquisa do curso

Esta pesquisa trabalhará a história do movimento adventista no que diz respeito a sua organização através da elaboração do Manual da Igreja, sua origem, seu desenvolvimento histórico e sua consolidação como base administrativa.

Este trabalho estará relacionado com a área prática, pois pretende-se estudar a função e contribuição do Manual da Igreja para o movimento Adventista contemporâneo.

O objetivo é conectar a história interpretativa do Manual da Igreja e apresentar um estudo bibliográfico com autores contemporâneos da validade de seus propósitos e princípios.

1.10 Metodologia

Este estudo faz parte de um programa de pesquisa do Seminário Latino-Americanano de Teologia, sediado em Engenheiro Coelho, no Centro Universitário Adventista de São Paulo. O trabalho será pautado por uma pesquisa bibliográfica a partir de uma perspectiva teológico-histórica, será desenvolvido por meio de uma busca minuciosa e um profundo estudo da literatura existente sobre o tema. Os textos mais relevantes serão selecionados e as descobertas serão registradas. Não será realizada pesquisa de campo

Casuística

Estas pesquisas não contemplam casuística.

Materiais

A utilização dos materiais será organizada da seguinte maneira : 1-Materiais de Consumo: Lápis, caneta e folha A4 de papel sulfite; 2-Materiais Permanentes: Notebook Toshiba A-105-S361, Impressora HP e Programa Microsoft Word; 3-Materiais Bibliográficos: Livros que versem sobre: História da Igreja Adventista do Sétimo Dia, administração eclesiástica e comentários bíblicos do Antigo e Novo Testamento. Além das revistas: Adventista, Ancião e Ministério. Será utilizada a biblioteca Enoch de Oliveira do Centro Universitário Adventista de São Paulo – Campus Engenheiro Coelho.

Métodos

Para a compreensão do trabalho será apresentada a seguinte definição de termos:

Assembléia da Conferência Geral da IASD: Reunião administrativa para a eleição dos oficiais da Igreja em todo o mundo e também para a votação das mudanças na Constituição da Igreja.

Associação Geral da IASD: Sede Administrativa da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Órgão superior de administração mundial.

Associação: Subdivisão Administrativa da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Divisão Sul Americana da IASD: Orgão Administrativo da IASD que abrange 8 países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Escritos de Ellen G. White: Livros, artigos, cartas e documentos manuscritos, produzidos pela escritora desde o começo de seu trabalho em 1844 até o final de sua vida em 1915.

IASD: Quando for utilizada a sigla IASD, estará sendo feita alusão à “Igreja Adventista do Sétimo Dia”, em sua acepção mundial, assim como a referência à “Igreja Mundial”.

Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia: Conjunto de princípios, procedimentos e orientações através das quais a IASD é administrada.

Revista Adventista: Órgão de publicação mensal que traz notícias, matérias e artigos pertinentes a IASD.

Review and Herald: Principal veículo de comunicação da Igreja Adventista em seus primórdios.

União-Associação ou União Missão: Indicam um corpo unido de Associações ou Campos, dentro de um território maior, sendo uma unidade administrativa da IASD.

O trabalho será dividido da seguinte forma:

O Primeiro capítulo reúne a introdução, síntese bibliográfica, problemática da pesquisa, hipóteses iniciais, os objetivos a serem alcançados, a justificativa para o desenvolvimento da pesquisa e a metodologia a ser implementada.

O Segundo capítulo descreverá o resultado de um estudo histórico sobre a origem e desenvolvimento do manual. As causas da relutância inicial por parte dos pioneiros em 1883 serão discutidas e as motivações que levaram os líderes a votarem oficialmente o manual em 1931 serão apresentadas. Os seguintes bancos de dados externos serão utilizados: ATLA – American Theological Library Association; Adventist Archives; Ministry Magazine Revista Adventista Digital.

O terceiro capítulo apresentará a finalidade desta literatura para uma Igreja pós-moderna com desafios culturais. Os propósitos e objetivos serão identificados, estudados e apresentados. Analisar-se-á a literatura contemporânea que descreva a característica pós-moderna. Um estudo comparativo desta cultura predominante no século 21 será contrastado com os propósitos e objetivos do manual. Serão

identificados os perigos e prejuízos que a Igreja poderá ter se tolerar a corrente relativista e as tendências culturais.

No último capítulo a pesquisa será concluída e a hipótese final será indicada, respondendo às perguntas sugeridas na problemática da pesquisa e buscando uma resposta final. O estudo pretende ser estruturado pelos métodos acadêmicos de uma pesquisa bibliográfica

2. A HISTÓRIA DO MANUAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SETIMO DIA

A história do Manual da IASD coincide com a própria história da Igreja Adventista, no que diz respeito ao período de desenvolvimento organizacional do Movimento Adventista pós-milerita. Ainda perplexos pela desilusão causada pelo grande desapontamento de 22 de outubro de 1844 e confundidos pela diversidade de novas doutrinas que estavam sendo promovidas, “os pioneiros necessitavam de tempo para confirmação de suas convicções religiosas com respeito a doutrina e o dever” (SCHWARZ e GREENLEAF, 2009, P. 83). Entre os líderes adventistas sabatistas no início de 1848 já havia um consenso doutrinário em pelo menos cinco pontos¹.

O movimento estava em expansão, após profundo exame da Bíblia por parte dos pioneiros já havia uma inicial compreensão sistematizada de crenças. A igreja avançava na busca de sua identidade, porém, muitos nutriam dúvidas e questionamentos a respeito da organização do movimento. Entretanto, parte dos líderes pioneiros observou-se que uma estrutura organizacional contribuiria para a solidificação do movimento e o fortalecimento do mesmo. Conforme o aumento da compreensão de seu caráter singular, e de sua missão mundial, a igreja crescia em desenvolvimento e organização.

Ligado a toda esta compreensão, estruturação e crescimento, está o Manual da Igreja. A origem do Manual ocorreu em meio a um forte sentimento contrário a organização e seu estabelecimento após o período de reorganização e consolidação.

Seu desenvolvimento e mudanças ao longo dos anos serão os objetivos a serem estudos neste capítulo. Recapitular a história é um processo educativo que torna possível a construção do presente mais seguro e eficaz. A história registra o passado, contribui para o presente e a adverte a geração seguinte. Segundo José Maria, citado por Stencel (2006, p.1):

¹ 1) A vinda pessoal, visível e pré-milenal de Jesus; 2) A purificação do santuário, com o ministério de Cristo no segundo compartimento a partir de 1844; 3) A autenticidade do dom de profecia, com cada vez mais crentes vendo o ministério de Ellen G. White como uma manifestação deste dom; 4) A obrigatoriedade da observância do sábado no conflito final profetizado em apocalipse 11-14 e 5) A imortalidade não é uma qualidade humana inerente, mas algo que as pessoas recebem apenas por meio da fé.

A História não é importante apenas por nos desvendar as memórias do passado, mas, é importante também, pois, nos ajuda a construir o presente a fim de transformar o futuro. Quando rompemos o contato com a História temos a tendência de perder a nossa visão e missão quanto ao futuro.

2.1 A Origem do Manual

Faz-se necessário para uma melhor compreensão da origem do Manual, um entendimento do contexto eclesiástico em que se encontrava o Movimento Adventista na época. Após o grande desapontamento de 22 de outubro de 1844 a maior parte dos adventistas mileritas abandonou suas antigas convicções ou retornou para suas igrejas de origem. Foi um período turbulento, perplexo e de angústia para o movimento. Os fiéis que permaneceram, inicialmente confusos, desanimados e receosos em relação ao futuro do movimento e de sua missão, avançavam em compreensão doutrinária, porém caminhavam lentamente na concepção da formação de uma igreja.

2.1.1 Contexto organizacional do Adventismo Pós-Milerita

No início do Movimento Adventista, os líderes não identificavam a necessidade de uma estrutura administrativa que orientasse sua conduta, regesse seus objetivos e unificasse seus procedimentos eclesiásticos. George Storrs (1844, p. 238) sintetizou o pensamento da época com a seguinte afirmação: “Nenhuma Igreja pode ser organizada pela invenção humana, sem tornar-se Babilônia no momento em que for organizada”. A organização era objeto de temor para muitos e tida como uma característica distintiva de apostasia.

Os pioneiros haviam sido expostos ao ridículo por aceitarem a doutrina bíblica do advento e finalmente excluídos de suas antigas denominações, sem ter a oportunidade de explicar suas novas crenças. Este procedimento preconceituoso e despótico cristalizou entre os novos adventistas um forte anseio contra toda espécie de organização eclesiástica. Temiam uma nova organização que formalizasse suas ações e consequentemente desenvolvesse uma tendência de perseguição aos membros que aceitassem novas crenças oriundas da Bíblia. Knight (2000, p. 25)

classifica esta fase do adventismo como período de desenvolvimento doutrinário, período onde o desenvolvimento organizacional não era desejado.

Eles estavam convencidos que a organização eclesiástica levaria o Movimento Adventista na mesma direção de suas antigas igrejas²: formalismo e ceticismo. Percebe-se que a maior parte dos pioneiros adventistas continuava crendo e aguardando o retorno de Jesus num futuro próximo. Qualquer forma de organização teria parecido uma negação desta crença. Não viam a organização eclesiástica como uma ferramenta que auxiliaria na pregação do advento de Cristo.

Entretanto, devido ao extenso alcance das conferências e das publicações que propagavam princípios bíblicos, os adventistas cresceram rapidamente. Seus adeptos passaram de 200 em 1850, para 2 mil, em 1852. Quanto mais cresciam, mais evidente era a necessidade de organização. Isto fica evidente na condição em que se encontrava o movimento na época: Nas Igrejas não havia um registro oficial de membros, a eleição de oficiais era uma prática desconhecida, no setor contábil não havia um sistema controlando e disciplinando as receitas e despesas denominacionais. Além disso, não havia uma organização jurídica, que permitisse o registro legal de todas as propriedades da Igreja. Na obra de evangelismo percebia-se a ausência de uma estrutura que regesse suas ações de modo a alcançar plenamente e eficazmente comunidades não alcançadas.

Enoch de Oliveira (1985, p. 62) descreve: “O preconceito de muitos pioneiros contra qualquer forma de organização eclesiástica era responsável por esta anarquia, que tanto conspirava contra os triunfos da pregação”. A necessidade de uma ordem era imperiosa e impostergável. Sentindo a importância e necessidade de uma estrutura organizacional, destinada a impedir a desordem e fragmentação, motivando o Movimento Adventista dentro de um plano de ação coordenado e harmonioso, Ellen White (2008, p. 26) escreveu:

Aumentando o nosso número, tornou-se evidente que sem alguma forma de organização, haveria grande confusão, e a obra não seria levada avante com êxito. A organização era indispensável para prover a manutenção do ministério, para levar a obra a novos campos, para proteger dos membros indignos tanto as igrejas como os ministros, para a conservação das propriedades da igreja, para publicação da verdade pela imprensa e para muitos outros fins.

²O maior número de líderes mileritas derivou de três principais igrejas: Batista, Metodista e Conexão Cristã.

O sentimento de um sistema de organização começava a se fortalecer entre os pioneiros. Com o passar dos anos e o avanço da obra adventista, sua plena organização era uma questão de tempo. Questões antigas continuavam sem solução e acumulando-se. O progresso da pregação adventista trazia desafios que necessitavam de decisões uniformes e organizacionais para o fortalecimento e estruturação da Igreja.

Tiago White (1859, p. 2) respeitado líder do movimento e defensor de uma ordem que coordenasse o movimento afirmou: “Falta-nos organização. Não devemos recear uma organização que não se oponha a Bíblia e seja aprovada pelo bom-senso”.

Em decorrência do desenvolvimento e avanço do Movimento Adventista e dos fortes apelos por organização, em outubro de 1860 foi escolhido seu nome. “O nome Adventista do Sétimo Dia exprime as verdadeiras características de nossa fé, e convencerá as mentes investigadoras” (White, 2004, p. 224). Em 1861 foi organizada a primeira associação, a Associação de Michigan. Foi o primeiro passo para que os outros estados com suas igrejas também se estabelecessem em associações. Neste mesmo ano foi organizada a Associação Publicadora da Igreja. Assim seguiu-se um crescente sentimento por ordem que pautava a emergente igreja.

Os líderes e membros começavam a experimentar os benefícios da ordem eclesiástica. Finalmente no dia 20 de maio de 1863, vinte delegados de seis conferências estiveram reunidos em Battle Creek, Michigan, para a primeira seção da Conferência Geral. Nesta reunião, foi oficialmente estabelecida a Associação Geral da IASD, órgão máximo de liderança administrativa. Nem tudo estava eficazmente organizado, mas importantes passos foram dados e no decorrer dos anos outros seriam efetivados. Assim como no início do movimento, a mensagem profética foi progressiva, a organização da igreja e a elaboração de um Manual de orientação organizacional seguiram o mesmo caminho.

2.1.2 O Surgimento do Manual na Assembleia da Conferência Geral da IASD

Com a oficialização da igreja e com sua organização inicial estabelecida, o movimento agora melhor ajustado continuou em fase de desenvolvimento. Porém ainda existiam pendências que necessitavam de soluções. Conforme a igreja

avançava, novos desafios organizacionais eram incorporados. De acordo com DAMSTEEG (2005, p. 654)³ “entre os anos de 1878 e 1879, vários líderes da igreja expressaram o desejo de ter um manual da igreja”. O adventismo nesta época pode ser considerado como uma denominação jovem, orientações específicas sob a forma de um manual, antes deste período, não eram discutidas com frequência, devido a não existirem muitas necessidades em face de sua abrangência ainda reduzida.

Porém, após a inicial organização estrutural, que dinamizou o ministério e as ações da igreja, percebe-se no Movimento Adventista uma evolução significativa. Com este crescimento surgiram necessidades de ordem prática, principalmente no que diz respeito a igreja local. Segundo LITTLEJOHN (1883, p. 361), na época ministro da congregação de Battle Creek “a igreja precisava desesperadamente de um manual”. Havia quatro principais razões que motivaram pastores, líderes e membros da igreja a almejarem um manual: 1) novas igrejas estavam constantemente se formando; 2) os pregadores mais jovens não tinham recebido nenhum treinamento e pouca ou nenhuma experiência em gestão de igreja; 3) os novos pastores não tinham tido o benefício de uma formação adequada e 4) não havia uniformidade nos atos eclesiásticos.

A produção de um livro oficial de orientações, era visto com urgência por muitos líderes. A sistematização de princípios organizacionais práticos em forma de um manual começava a ser identificado como um veículo prático administrativo que auxiliaria e orientaria igrejas, pastores e membros nos vários desafios eclesiásticos. Segundo VALENTINE (1999, p. 2 “tradução nossa”)⁴:

A denominação jovem estava trabalhando duro para desenvolver um consenso sobre questões de política eclesiástica, ensino e prática. Diversidade considerável de práticas e, por vezes, confusão existiu entre as igrejas. Questões controvertidas incluindo o processo de nomeação para cargo na igreja, a eleição da liderança da igreja local, a transferência de membros da igreja, e sob a forma do serviço da Comunhão.

³ In 1878 or 1879 several church leaders expressed the desire to have a church manual.

⁴ The young denomination was working hard at developing a consensus on matters of church polity, teaching, and practice. Considerable diversity of practice and sometimes confusion existed among the churches. Issues disputed included the nomination process for church office, the election of local church leadership, the transfer of church membership, and the form of the Communion service.

Diante destes desafios e de apelos dirigidos à liderança da igreja, o assunto começou a ser discutido com relevância nas seções da Assembleia da Conferência Geral.

A primeira menção de uma manual de orientações surge na décima sétima seção da assembleia da Conferência Geral reunida em Battle Creek, Michigan a partir do dia 4 outubro de 1878. Na sexta reunião, no dia 10, foi tomado o seguinte voto:

Que a Comissão da Associação Geral tome providências imediatas em relação a publicação de um manual contendo as Constituições e Estatutos das nossas diferentes organizações: Conferência geral, Sociedade educacional, Instituto de saúde, Associação de publicações e Sociedade de tratados, a qual deverá ser anexado um resumo das regras de prática parlamentar aplicáveis ao funcionamento dessas organizações.

Neste voto, percebe-se que a preocupação dos delegados desta assembleia era a produção de um livro contendo constituições e estatutos, além de orientações sobre procedimento parlamentar dentro da estrutura administrativa já constituída. Estas organizações funcionavam ativamente e percebeu-se a necessidade de um guia de regras gerais para unificar sua conduta e reger suas decisões. De maneira embrionária e progressiva era amadurecida a idéia de um manual que orientasse as igrejas locais.

A segunda menção é registrada em uma seção especial de procedimentos administrativos. Esta foi a quarta seção desta natureza e foi convocada pela Conferência Geral em 17 de abril de 1879. Na ausência do Pr. Tiago White, presidente da Associação Geral, Dudley M. Canright foi escolhido para atuar como presidente desta importante reunião. No sexto dia de reuniões foi decidido formar um comitê para a preparação de um manual de instruções gerais para os oficiais da igreja. Foram indicados os seguintes nomes: Dudley M. Canright, Stephen Haskell e George Butler. Estes três líderes trabalhariam na elaboração de um manual para futura apreciação da Conferência Geral. O presidente escolhido para este comitê foi Dudley M. Canright.

Neste mesmo ano, no dia 7 de novembro, foi realizada a décima oitava reunião da assembleia da Conferência Geral, em Battle Creek, Michigan. No primeiro dia de reuniões foram apresentados os relatórios de trabalho dos comitês nomeados na seção especial de abril. O quinto relatório descreve o andamento da proposta do manual:

O Comitê para a elaboração de um manual da igreja relatou que não tinham tido a oportunidade de consulta mútua sobre o assunto, mas o presidente do comitê tinha escrito os pontos principais do trabalho. Segundo o presidente, ele estava pronto para submeter-se ao exame da conferência geral.

Este foi um passo importante para a futura oficialização dos princípios eclesiásticos organizados sob a configuração de um manual. O manuscrito de Dudley M. Canright foi um instrumento pioneiro que contribuiu para que a discussão sobre a igreja estabelecer um manual continuasse crescente e organizada. Este manual foi analiticamente estudado pelos líderes da igreja e nas assembleias da Conferência Geral, porém, segundo LITTLEJOHN (1883, p. 368,)⁵ “seu manuscrito foi prontamente apresentado, mas foi considerado por alguns abrangendo questões que fugiam de seu objetivo central, e consequentemente, nunca foi aceito pela Associação Geral”. Mas o assunto continuou sendo alvo de discussões nas assembleias da Conferência Geral dos próximos anos.

Finalmente na vigésima primeira seção anual da Conferencia Geral, convocada para o dia 07 de dezembro de 1882 sob a presidência de George I. Butler os delegados eleitos chegaram a um consenso equilibrado sobre a proposta de um manual para as igrejas. Na décima primeira reunião, no dia 17, foi tomado o seguinte voto:

Recomendamos que a comissão da associação geral prepare, ou sugira nomes para a elaboração de artigos intitulados: Instruções para oficiais da Igreja a serem impressos na Review and Herald para serem analisados pelos leitores.

Este foi outro relevante passo para o estabelecimento do manual da igreja. Esta proposta daria tempo e condição para que os delegados pudessem estudar e avaliar o documento, podendo votar com conhecimento e sem preconceitos. Nesta mesma seção foram indicados os seguintes nomes que formariam uma comissão para o estudo e editoração dos textos: W. H. Littlejohn, J. O. Corliss e H. A. St. John. Esta comissão seria responsável em apresentar um relatório na próxima seção anual da Conferência Geral. Após a indicação, Littlejohn, Corliss e St. John trabalharam arduamente no texto que seria impresso em forma de artigos na Review and Herald do próximo ano.

⁵ His manuscript for the same was promptly presented, but was thought by some to cover more ground than was desirable, and has, consequently, never been accepted by the Conference.

VALENTINE (1999, p. 3 “tradução nossa”)⁶ descreve o contexto exato da elaboração do manual. Desde sua primeira menção, até a publicação do mesmo em forma de artigos na Review and Herald de 1883:

Quando a discussão de um manual pela primeira vez surgiu na Sessão da Conferência Geral em 1878, o que havia sido solicitado foi realmente um livro de política com constituições, estatutos e orientações sobre o procedimento parlamentar. O que a sessão de 1882 pediu, no entanto, foi especificamente um manual que constituiria uma instrução para líderes da igreja no nível da igreja local. Assim, o manual proposto era dirigido a ambos os propósitos. Ele especificamente lidava com questões de ordem da igreja local e governança, mas também política. Depois de lidar com o nome da igreja e os princípios de organização, ele trata de assuntos como: 1) Qual a forma de organizar uma igreja local; 2) Como nomear oficiais; 3) Como receber novos membros; 4) Como aplicar a disciplina; 5) Quais os deveres dos oficiais da igreja; 6) Procedimentos para a realização de reuniões trimestrais de caráter administrativo da igreja; 7) portarias; 8) orientações para cerimônia de casamentos e funerais; 9) questões relacionadas com o dízimo; 10) questões de credenciais ministeriais e 10) conduta referente as propriedades da igreja. Partes substanciais do material fornecido apresentam justificação bíblica para práticas adventistas particulares e crenças. O manual foi basicamente descritivo, como indicado pelo uso frequente de frases como: 1) é costume entre os adventistas; 2) no momento presente; e 3) a experiência tem demonstrado. O manual também incluiu uma declaração de Uriah Smith sobre os Fundamentos da fé adventista.

Os artigos começaram a ser publicados na edição de 05 de junho de 1883, a partir do número vinte e três, registrado no volume sessenta, com o seguinte título: Manual da IASD. Nesta primeira edição foi adicionada uma nota explicativa da nova seção do periódico adventista, redigida por W. H. Littlejohn. O objetivo era a leitura

⁶ When discussion of a "manual" had first arisen at the General Conference Session in 1878, what had been requested was really a policy book with "Constitutions and By-Laws" and guidance on parliamentary procedure. What the 1882 session asked for, however, was specifically a manual that would provide "Instruction to Church Officers" at the local church level. Thus the proposed manual addressed both. It specifically dealt with issues of local church order and governance but also policy. After dealing with the name of the church and the principles of organization, it dealt with matters such as how to organize a local church, appoint officers, admit new members, and discipline existing members. It outlined the duties of church officers and explained how to conduct quarterly church business meetings, ordinances, weddings and funerals, as well as how to care for tithe, the matter of ministerial credentials, and the holding of church property. Substantial parts of the material provided biblical justification for particular Adventist practices and beliefs. The manual was basically descriptive, as indicated by the frequent use of such phrases as "it is customary among Adventists," "at the present time," and "experience has shown." The manual also included Uriah Smith's summary Statement on Fundamentals.

prévia por parte dos ministros antes da assembleia da Conferência Geral, organizada para iniciar no dia 08 de novembro do mesmo ano.

Esta iniciativa permitiria também que sugestões fossem feitas ao comitê responsável pelo manual da igreja antes do assunto ser levado a assembleia da Conferência Geral. Percebe-se que estas publicações auxiliaram para a compreensão da importância de um manual eclesiástico, como também para uma decisão consciente na seção da Conferência Geral, em novembro de 1883. Os artigos continuaram sendo publicados até a edição de 09 de outubro de 1883, número quarenta do volume sessenta. No total foram dezoito artigos publicados.

A decisiva assembleia da Conferência Geral, que decidiria o futuro do manual da igreja foi iniciada no dia 08 de novembro de 1883, sob a presidência de George I. Butler. Na quarta reunião no dia 09, W. H. Littlejohn coordenou a apresentação do relatório aos delegados reunidos, informando que o manuscrito estava pronto e já havia sido impresso na Review and Herald para avaliação e análise. Após algumas observações, foi criado o comitê de exame e consideração do manual da igreja. Foram apontados os seguintes nomes para compor esta comissão: W. C. White, H. Nicola, J. H. Cook, S. H. Lane, O. A. Olsen, M. H. Brown, R. F. Andrews, J. B. Goodrich, A. S. Hutchins e H. W. Decker. Além do presidente da Associação Geral, G. I. Butler.

Após três dias de trabalhos deste comitê, na sétima reunião do dia 12 de novembro de 1883, a comissão chegou a uma decisão:

É o julgamento unânime do comitê, que não seria aconselhável ter um manual da igreja. Consideramos que é desnecessário, porque temos superado as maiores dificuldades relacionadas com a organização da igreja sem um, e perfeita harmonia existe entre nós sobre este assunto. Poderia parecer a muitos como um passo em direção a formação de um credo ou uma disciplina, além da Bíblia, algo que sempre se opuseram como uma denominação. Se tivessemos um, temeríamos muito, especialmente aqueles que começassem a pregar, iriam estudar e obter orientação em assuntos religiosos, ao invés de procurá-la na Bíblia e nos ditames do Espírito de Deus, o que tenderia a um obstáculo na experiência religiosa genuína e no conhecimento da mente do Espírito. Foi em tomar medidas similares que outros corpos de cristãos pela primeira vez começaram a perder sua simplicidade e tornaram-se formais e espiritualmente sem vida. Por que devemos imitá-los? A comissão entende, em suma, que nossa tendência deve ser no sentido de buscar orientação na Bíblia, em vez de elaborarmos a definição de cada ponto na gestão da igreja e ordenanças.

Foi definido também que o presidente G. I. Butler escrevesse um artigo à Review and Herald, explicando aos leitores a decisão do comitê de não aceitarem a oficialização de um anual para a igreja. Neste artigo Butler apresentaria as razões que levaram o comitê a rejeitar por unanimidade a proposta.

Verifica-se que esta decisão surpreendeu aqueles que viam a necessidade de um manual da igreja. Os autores, respeitados pastores, tinham escrito o documento especificamente a pedido da Associação Geral, tinham seguido todos os procedimentos pedidos e aguardavam a efetivação do voto para uma melhor organização entre as igrejas. Especificamente, o manual não era para ser prescritivo ou ser considerado como invariável em todas as circunstâncias. Pelo contrário, seu objetivo principal era formar um documento sugestivo que auxiliasse na tomada de decisões.

Na edição de 27 de novembro de 1883, número quarenta e sete, é impresso o artigo escrito por Butler que explicava a ação contrária da assembleia da Conferência Geral em relação à proposta de um de manual para as igrejas. Em sua explicação ele elogiou os autores pelo trabalho realizado, informou que as orientações foram bem aceitas pelos leitores. Afirmou também que seu conteúdo é de excelente matéria e com certeza possuia potencial em auxiliar significativamente a igreja. Em seu artigo intitulado: Não ao manual da igreja, Butler (1883. P. 746) afirmou que:

Deus nos obriga a estudar princípios importantes que ele revelou em sua palavra, mas as minúcias em realizá-las, ele deixa ao julgamento pessoal, prometendo sabedoria celestial em tempos de necessidade. Seus ministros são constantemente colocados em locais onde eles devem sentir seu desamparo, e sua necessidade de buscar a Deus para obter luz, ao invés de ir para qualquer Manual de Igreja e obter direções específicas, colocados nele por outros homens sem inspiração.

Percebe-se que a dificuldade em aceitar um manual com princípios de orientação prática, não estava no manual em si, mas no receio de ocorrer gradativamente um afastamento de Deus e da Bíblia. Em seu relatório, o comitê de revisão do manual foi unânime ao afirmar que sua preocupação era que a confirmação de um manual da igreja poderia ser um passo para a formação de um credo, ou disciplina, além da Bíblia. Isto era algo que a denominação sempre foi contra.

A Igreja Adventista então seguiria na mesma direção de suas antigas igrejas. O movimento então poderia estar em risco, tal foi a compreensão da época na qual Butler (1883, p. 746)⁷ afirmou: “É melhor deixar as coisas como estão. Por estas e outras razões, o manual da igreja foi rejeitado. É provável que nunca será levado a frente novamente”.

O presidente G. I. Butler estava plenamente convencido quanto a não necessidade de um manual para a denominação. Para ele a igreja já havia superado sua crise de organização e não necessitava de um livro oficial que descrevesse suas regras de caráter prático. Havia temores na mente do presidente, e para evitar qualquer atividade que pudesse afastar a igreja de seu ideal bíblico, era melhor tomar uma medida de prevenção. Sua certeza foi tanta, que segundo ele a ideia de um manual estava encerrada e não seria estudada novamente.

2.1.3 Razões contrárias à aprovação do Manual em 1883

Para uma melhor compreensão da história da concepção do manual da igreja, requer estudarmos as razões para sua desaprovação na reunião de 1883. BEACH (1979, p. 11) descreve o pensamento de boa parte dos membros da igreja da época: “Tais irmãos não temiam apenas qualquer forma de organização firme e fixa, mas estavam completamente impregnados do chamado congregacionalismo”. O regime de governo eclesiástico congregacional é um sistema onde cada congregação local é autônoma, independente e livre de uma organização superior. Suas decisões são definidas em suas próprias assembleias locais, não subordinadas a uma liderança mundial.

A igreja local, então, possui liberdade para sua própria reflexão teológica, expansão missionária, relação com outras congregações e seleção de seu ministério. Percebe-se que o congregacionalismo tende a afastar da igreja o ideal de unidade, sendo eliminada a visão de unificação de princípios e objetivos maiores. A igreja local deixa de ser uma igreja com visão mundial, passando a ter suas próprias características, isolando-se em suas decisões e objetivos de uma igreja preocupada em alcançar todas as nações com sua mensagem. Em 1877, um ano antes de ser

⁷ It is best to let well enough alone. For these and other reasons, the church manual was rejected. It is probable it will never be brought forward again.

levantada a sugestão de um manual, a assembleia da Conferência Geral tomou o seguinte voto, registrado na Review and Herald (1877, p. 105):

Resolvido que, abaixo de Deus, a mais alta autoridade existente entre os adventistas do sétimo dia encontra-se na vontade da organização desse povo, expressa nas decisões da associação geral quando atua nos domínios de sua própria jurisdição; e que tais decisões todos devem submeter-se, sem exceção, a menos que elas estejam em conflito com a palavra de Deus e os direitos da consciência individual.

Percebe-se que os ideais formativos da Igreja Adventista eram voltados para a unidade em todos os níveis administrativos. Havia uma preocupação de que esta visão fosse perdida com o passar do tempo. O entendimento da época foi que um manual poderia ser o início de uma crise que afastaria da igreja sua identidade e objetivos missionais.

Havia também a preocupação do manual tornar-se um teste de ortodoxia. Por ser um documento oficial da Associação Geral da Igreja Adventista, o manual seria investido de autoridade eclesiástica final sobre qualquer assunto. Haveria a possibilidade dele se tornar prescritivo em relação ao que deve ser feito, e não apenas descritivo do que geralmente teria sido feito. Aqueles que não seguissem, seriam considerados fora de harmonia com os princípios estabelecidos. Tiveram a percepção que esta característica formaria um ambiente de domínio imperial na igreja, inibindo seu desenvolvimento em uma comunidade com culturas diferenciadas.

A ameaça de se afastar da Bíblia como palavra de conselho e exclusivo credo da igreja levava à concepção que seria inevitável que um manual assumiria a função de formação da igreja, ao invés da Bíblia. Entendeu-se que a igreja já tinha superado com sucesso as dificuldades associadas com a formação de uma organização formal, sem o auxílio de um manual. Creu-se que não seria a elaboração de um manual que faria com que as coisas ficassem mais difíceis ou menos difíceis na igreja.

O perigo de o manual ser um elemento de discórdia em relação à ala da igreja que foi contra a organização formal em 1863, gerou a ideia que o manual possuía potencial para abrir velhas feridas em relação ao assunto da organização, polêmicas deveriam ser evitadas.

O primeiro manuscrito do manual foi escrito por Dudley Canright, seus escritos acabaram influenciando o documento entregue por W. H. Littlejohn, J. O.

Corliss e H. A. St. John ao comitê de revisão do manual em 1883. Dudley foi um forte defensor do manual. Porém, ele já não se dedicava a pregação, com o tempo foi desanimando e tornou desiludido com a igreja. Além disso, nutria dúvidas em relação ao ministério profético de Ellen White. Verifica-se que a associação de Canright com o manual tornou difícil sua aprovação, devido ao seu status incerto na igreja.

A sensibilidade da igreja em relação ao partido Marion⁸. Entendeu-se que o posicionamento a favor da adoção de um manual poderia expor a igreja a inúmeras críticas.

Percebe-se que a seção de 1883 da Conferência Geral viu mais perigos associados ao desenvolvimento de um manual do que os benefícios que o mesmo poderia trazer a igreja. Percebe-se que os líderes viam a necessidade do mesmo, porém temiam uma crise advinda da efetivação da não compreensão de um livro de regras.

Embora houvesse ocorrido até o período mencionado, um processo contínuo de codificação das práticas estabelecidas pelas decisões anuais da Conferência Geral, bem como abordagens normativas à vida da igreja, foram sendo definidas regularmente pelos princípios bíblicos e a prática da experiência, o manual da igreja acabou sendo reprovado pelo comitê de revisão. A igreja adventista então escrevia sua história com um posicionamento definido a respeito do assunto, embora a necessidade continuasse e clamava por uma solução.

Como não houve um consenso equilibrado sobre a questão, percebe-se indícios de que no período mencionado, a igreja não estava preparada para a concepção de um manual. Porém o pensamento de registrar os princípio e práticas administrativas condensados em um livro oficial da igreja continuava sendo amadurecido na mente de muitos pioneiros e líderes.

2.2 O Amadurecimento do Manual

A postura da assembleia da Conferência Geral de 1883 foi conclusiva e determinada. Segundo os líderes não havia necessidade da igreja se estruturar administrativamente sobre o fundamento de um livro que regesse sua conduta.

⁸ Grupo de ex-adventistas críticos de Iowa.

Embora várias orientações sobre procedimentos eclesiásticos e administrativos estivessem publicados no periódico adventista Review and Herald, entre 1882 e 1883, a atitude determinada da assembleia não auxiliou, e não produziu uma solução para a necessidade emergente da igreja.

Verifica-se que mesmo com a formação oficial da igreja, ainda havia princípios mileritas no Movimento Adventista. O movimento milerita foi um movimento interdenominacional, seu propósito primário era trazer reavivamento aos cristãos e não estabelecer mais uma denominação. “Os mileritas, mantiveram-se unidos pelos laços de uma mera esperança comum, e não por qualquer arranjo organizacional” (FROMM, 1971, P. 134). Constatase que esta herança milerita contribuiu para o lento progresso do manual neste período. Conforme Alberto R. Timm (1988, p. 50):

O processo que finalmente culminou na organização da igreja adventista do sétimo dia foi marcado por uma série de passos sucessivos dados em meio à oposição, herdada em grande parte da experiência do movimento milerita.

Entretanto, o desenvolvimento da igreja fez com que certas medidas organizacionais fossem tomadas para a continuidade do crescimento da denominação e manutenção de sua unidade. Conforme foram surgindo situações emergenciais que requeressem um procedimento uniforme e uma postura definida, os líderes da Associação Geral reunidos nas sessões anuais continuavam a definir procedimentos administrativos e registrar votos relativos à organização eclesiástica.

Verifica-se que de maneira lenta, mas gradual e segura, muitos princípios que regem a conduta da igreja já estavam sendo formados, percebe-se que de forma embrionária o manual da igreja continuava em processo de formação, mesmo sem uma autorização oficial para a produção do mesmo.

Constatase que neste período houve tentativas por parte de alguns escritores de produzir literaturas que suprissem a falta de um manual oficial que orientasse a igreja e seus membros na busca por soluções organizacionais. Entende-se que estas literaturas também auxiliaram a igreja e contribuíram para o amadurecimento e fortalecimento da concepção de um livro que guiasse oficialmente as decisões na igreja.

- Em 1887 foi impresso pela editora Pacific Press o livro de J. H. Waggoner: A igreja: sua organização, ordenanças e disciplina⁹.
- Em 1906 foi impresso pela editora Tract Society o livro de H. M. S. Richards: Ordem na igreja e sua origem divina e importância¹⁰.
- Em 1907 foi impresso pela editora Review and Herald o livro de J. N. Loughborough: A Igreja: sua organização, ordem e disciplina¹¹.
- A partir de 1913 começou a ser publicado o periódico Gazeta¹², para líderes da igreja.
- Em 1922 foi impresso pela editora Pacific Press o livro de J. A. Stevens: Os escritórios da igreja e seu trabalho¹³.

Todos estes livros trouxeram sua contribuição para a dinâmica organizacional da igreja. Porém percebe-se que o livro mais aceito e utilizado foi o de Loughborought. Segundo VALENTINE (1999, p. tradução nossa)¹⁴:

A Igreja: sua organização, ordem e disciplina, mostrou-se extremamente útil como um guia compacto. Em 1908, a Conferência Geral enviou o autor em uma turnê mundial para promover o volume e falar sobre a ordem da igreja e sua organização. O livro não era um manual oficial, embora ele significasse um forte consenso sobre a política eclesiástica. Na verdade, ele veio a ser aceito como um manual de igreja de fato para os próximos 20 anos.

DOLSON (1996, p. 368, tradução nossa), enfatiza a relevância desta literatura para a igreja “o mais importante dos livros publicados neste período foi o de J. N. Loughborough, um empreendimento pessoal, mas por muito tempo foi considerado o manual padrão de ordem da igreja”.

Percebe-se que o livro do pioneiro Loughborough contribuiu significativamente para a aceitação futura de um manual oficial para a igreja. Seus escritos elucidam uma evolução clara na cultura da denominação neste período. Em sua obra, desde o início o autor destaca e prioriza a urgente necessidade de plena organização nas

⁹ The Church: Its Organization, Ordinances and Discipline.

¹⁰ Church Order and Its Divine Origin and Importance.

¹¹ The Church: Its Organization, Order, and Discipline.

¹² The Church Officers Gazzete.

¹³ The Offices of the Church and Their Work.

¹⁴ The Church: Its Organization, Order, and Discipline, proved exceptionally helpful as a compact guide. In 1908, the General Conference sent the author on a world tour to promote the volume and to speak about church order and organization. The book was not an official manual, although it represented a strong consensus on church polity. In fact, it came to be accepted as a de facto church manual for the next 20 years.

atividades da igreja. A ênfase é “pôr em ordem as coisas que ainda faltam” (LOUGHBOROUGH, 1907, P. 5). Loughborough comunicou a percepção de que a Igreja havia chegado a seu desenvolvimento organizacional. O autor estuda a importância da organização para a unidade, estabelecimento e crescimento da igreja.

A obra possui trinta capítulos, os primeiros catorze tratam dos princípios gerais de organização eclesiástica. Os demais discorrem sobre a história do Movimento Adventista e um estudo sobre a estrutura hierárquica da igreja, além de apresentar os procedimentos de comitês, eleições e jurisdições. Entende-se que o objetivo primário deste material, que serviu de referência por muitos anos antes do estabelecimento oficial de um manual, é sobre a igreja como uma organização ampla e universal, contrafazendo a cultura congregacionalista, tão comum na época.

A partir de 1963 todas as edições revisadas do manual nas assembleias da Conferência Geral, inseriram uma seção sobre o desenvolvimento histórico do manual da igreja. Embora descrevendo de maneira breve sua história, todas as edições¹⁵ fazem a mesma menção ao volume de Loughborough:

Em algumas ocasiões, alguns irmãos influentes procuraram reunir num livro, ou em forma de livrete, as normas geralmente aceitas para a vida da igreja. Talvez o mais significativo de tais empreendimentos tenha sido o livro de 184 páginas organizado pelo pioneiro J. N. Loughborough e intitulado: A Igreja, Sua Organização, Ordem e Disciplina, publicado em 1907. O livro do pastor Loughborough, considerado como empreendimento pessoal, tratou de muitos aspectos agora abordados pelo manual da igreja e teve por muito tempo um lugar de honra no movimento.

Diante deste contexto, percebe-se que o Movimento Adventista experimentava os resultados da unificação de seus procedimentos administrativos. O apoio da Conferência Geral a obra de Loughborough, mostra como a igreja tratou da necessidade de um manual. Mesmo sem autorizar a produção de um livro que pautava as ações eclesiásticas, o Movimento Adventista fazia uso de uma literatura que auxiliava e orientava seus membros e pastores. Entende-se que o apoio dado à obra de Loughborough, durante vinte e cinco anos mostra de maneira implícita, a aprovação da Associação Geral.

¹⁵ Ed. 1963, p. 20; Ed. 1967, p. 21; Ed. 1971, p. 21; Ed. 1976, p. 21; Ed. 1981, p. 21; Ed. 1986, p. 16; Ed. 1990, p. 16; Ed. 1995, p. 18; Ed. 2000, p. 20; Ed. 2005, p. 20, Ed. 2010, p. 18.

Porém, mesmo com o surgimento de várias literaturas com o objetivo de orientar a igreja em seus procedimentos administrativos e organizacionais, evidencia-se a necessidade da sistematização de todos os procedimentos em um manual oficial autorizado pela Conferência Geral da Igreja Adventista. Verifica-se também uma lacuna literária existente no setor administrativo da igreja, contudo a igreja avançava na compreensão do estabelecimento de um manual.

2.3 O Estabelecimento do Manual

Para uma melhor compreensão do estudo, estarão sendo descritas as etapas processuais nas comissões da Associação Geral que culminaram com o voto de aprovação para o estabelecimento e publicação do manual.

Verifica-se que o Movimento Adventista crescia aceleradamente, a percepção de uma igreja mundial aumentava constantemente. SCHWARZ e GREENLEAF (2003, p. 241) descrevem a condição da época:

A igreja cresceu rapidamente durante a última década e meia do século 19. Era ainda uma pequena denominação, mas em 1901 os 78 mil membros ofuscavam os 3.500 que estavam nos registros da igreja no ano de 1863. Durante este período de crescimento, as seis associações locais originais haviam aumentado para 57, e a igreja havia organizado 41 missões espalhadas em todas as importantes regiões do mundo, exceto a China.

Percebe-se que no início do século XX, período conhecido no movimento como a era da reorganização e crise, o adventismo já possuía um padrão doutrinário e missionário estabelecido. A partir de 1910, o Adventismo entra no período conhecido como era do crescimento mundial, período em que ocorre uma explosão evangelística em todo o mundo. Porém, é notável o desenvolvimento numérico, surgiram novas complexidades que necessitavam de soluções organizacionais urgentes. Segundo KNIGHT (2010, p. 109),

Nem tudo corria bem na entrada do novo século. A organização de 1863 ficara obsoleta. Embora essa estrutura organizacional tivesse sido adequada para um pequeno movimento norte-americano com poucos funcionários e instituições, já não era funcional para uma denominação com crescente grau de complexidade.

Neste período de expansão constata-se que a ausência de um livro guia, que apresentasse os procedimentos eclesiásticos mais simples, até os mais complexos, poderia ter iniciado no emergente Movimento Adventista um processo de confusão,

que culminaria com o enfraquecimento da igreja em todo o mundo. Haja vista a urgente necessidade de organização para todo o empreendimento. BEACH (1979, p. 11) retrata bem o quadro da época ao afirmar: “Com o contínuo crescimento e expansão da igreja tanto em seu país de origem como em outras terras, os problemas administrativos cresceram também”.

Conforme o texto bíblico de Provérbios 4:18, “Mas a vereda dos justos é como a luz da aurora, que vai brilhando mais e mais até ser dia perfeito”. Em um sentido semelhante verifica-se que a compreensão para a concepção de um manual na igreja foi progressiva e regular. Percebe-se que a compreensão da codificação das questões políticas eclesiásticas na forma de um livro havia florescido ao longo dos anos. O mesmo surge com o alvo de cobrir uma necessidade vital para a igreja.

Finalmente com o objetivo de trazer resolução aos conflitos organizacionais e, portanto sistematizar e padronizar seus procedimentos eclesiásticos, a comissão da Associação Geral reunida no dia 28 de outubro de 1931, recebeu o manuscrito do manual preparado pelo pastor J. L. McElhany, então vice-presidente da Associação Geral.

Na seção de 12 de novembro de 1931, foi formado um comitê para estudo e revisão do manuscrito de McElhany, a comissão para examinar o manual foi formada pelos seguintes líderes: W. H. Branson, T. E. Bowen, W. P. Elliott, O. Montgomery, F. M. Wilcox, L. K. Dickson e W. H. Williams.

Na seção do dia 14 de dezembro de 1931, a comissão de estudos apresentou as seguintes recomendações: 1) O manuscrito de McElhany revisado foi aprovado; 2) Que os oficiais convidados pelo estudo do manual enviem um relatório a Associação Geral sobre o local da publicação e o valor; 3) O formato da edição deveria ser semelhante à publicação do livro Serviço Cristão da Review and Herald, impresso em papel durável e fino; 4) A preparação de um prefácio pelo autor do manuscrito e 5) A prova do documento será submetida para observações aos membros do comitê da Associação Geral.

Na seção do dia 28 de dezembro, após a oração de F. H. Robbins, o primeiro assunto da pauta foi votar a aceitação da recomendação da comissão designada para a revisão do manual da igreja. Sua publicação deveria ser realizada pela Review and Herald. O valor de venda do livro não deveria ser superior a um dólar.

Após ser rejeitado em 1883, a igreja muda seu entendimento sobre o assunto, decide adotar um manual de orientações e procedimentos e autoriza oficialmente

sua publicação. Na comissão realizada no dia 26 de maio de 1932, foi votado que o manual da igreja seja incluído no ano seguinte entre os livros que compõe o curso ministerial de leitura.

Entende-se que este foi um momento importante para o Movimento Adventista em sua história organizacional, a denominação após décadas de estudo chega à compreensão que um manual administrativo era essencial para seus membros e pastores. Um manual auxiliaria e produziria subsídio para a superação dos desafios administrativos de seu crescimento mundial, além de ajudar na manutenção de sua unidade e preservar sua identidade em meio a culturas diversificadas. O autor, MCEIHANY (1932, p.5, tradução nossa)¹⁶ deixa este pensamento bem claro ao afirmar no primeiro parágrafo do prefácio da 1^a edição:

A medida que o trabalho da igreja cresceu e espalhou-se por muitos países, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de um manual sobre o governo da igreja, para estabelecer e preservar nossas normas e práticas denominacionais.

Percebe-se que a autorização da Associação Geral para estabelecer um manual oficial para a igreja a partir de 1932, não consistiu em nenhum experimento de formar repentinamente um completo modelo de governo eclesiástico. O objetivo primário foi preservar todos os bons votos instituídos ao longo dos anos, e então produzir outros procedimentos e regulamentos que o crescente progresso e complexidade pudessem necessitar.

Entende-se que, a partir de 1932, com a publicação do primeiro manual, a IASD havia chegado a um consenso final sobre o assunto. O Movimento Adventista agora prosseguiria com uma literatura de auxílio administrativo, formada ao longo dos anos, experimentada, examinada e comprovada sua necessidade e importância.

2.4 O Desenvolvimento do Manual

Nesta divisão final do capítulo, serão examinados os progressos ocorridos no Manual da Igreja a partir de sua primeira publicação em 1932. Com a publicação e divulgação do Manual da Igreja, percebe-se que o mesmo começa a ser utilizado como referência para todas as decisões administrativas.

¹⁶ As the work of the church has grown and spread into many lands, it has become increasingly evident that a Manual on church government is needed to set forth and preserve our denominational practices and polity.

Ao longo dos anos, as comissões da Associação Geral foram fazendo alterações e sugerindo novas soluções administrativas conforme a compreensão do assunto fosse sendo desenvolvida. Estas decisões eram votadas nas comissões e as alterações eram feitas no manual.

Porém, na assembleia da Associação Geral realizada em 14 de junho de 1946, a igreja adotou o seguinte procedimento: “Todas as mudanças ou revisões de normas que devam ser feitas no manual deverão ser autorizadas pela assembleia da Associação Geral” (General Conference Report, 1946, p. 197). Isto com o objetivo de que os votos sobre o governo da igreja devam expressar não somente o pensamento, mas a plena autoridade da igreja. Percebe-se que este posicionamento reflete o conceito gerencial das assembleias da Associação Geral ao longo de sua história.

Este procedimento está em consonância com o que afirmou Ellen White (1985, p. 408): “Deus ordenou que os representantes de sua igreja de todas as partes da terra, quando reunidos numa associação geral, devam ter autoridade”. Após a decisão de 1946, qualquer alteração ou revisão no manual, só pode ser efetuada por voto de uma assembleia da Associação Geral devidamente convocada, contando com a presença dos representantes da igreja de todo o mundo.

Entretanto, entendeu-se que diante da presença da igreja em todos os continentes do mundo, poderiam surgir condições locais que demandariam votos especiais. Diante deste desafio, o concílio outonal realizado no dia 19 de outubro de 1948 tomou o seguinte voto:

Que cada divisão do campo mundial, inclusive a divisão norte americana, prepare um suplemento do novo manual da igreja, não para modificá-lo, mas contendo o material adicional que seja aplicável as condições e circunstâncias que prevaleçam na respectiva divisão. Os manuscritos desses suplementos deverão ser submetidos a consideração da comissão da associação geral, para serem por ela referendados antes de impressos. (Autumn Council Actions, 1948, p. 1188).

Desta forma cada divisão administrativa da Associação Geral teria liberdade e autonomia para preparar um suplemento especial dentro de seu contexto geográfico. Este suplemento especial não teria aplicação mundial, seria unicamente um capítulo à parte para cada divisão.

Concluindo este capítulo, percebe-se que no decorrer de seu desenvolvimento, o Movimento Adventista progrediu em suas diretrizes

organizacionais, a compreensão do assunto evoluiu com os desafios constantes de uma igreja emergente. Entende-se que a igreja percebeu que a falta de unidade levaria a perda de sua identidade, enfraquecendo consideravelmente o cumprimento da missão. Com os objetivos missionais se desintegrando, o Movimento Adventista deixaria de cumprir seu propósito para o qual foi formado.

O Manual da Igreja é o produto da própria experiência da igreja ao lidar com questões administrativas e organizacionais ao longo de sua história. Entende-se que suas etapas formadoras estabeleceram um documento amadurecido, aceito como um guia autorizado. Seu conteúdo estabelece o conceito do Movimento Adventista sobre estilo de vida e forma de organização eclesiástica, fundamentados em princípios bíblicos. Verifica-se que seu objetivo primário, além de prover orientação, é lançar o fundamento da imprescindível unidade.

Entende-se que o Manual da Igreja não é um documento final, é uma literatura suscetível a alterações conforme o que se demonstrar benéfico e proveitoso à igreja no decorrer dos anos. Seu intento é objetivar ordem, provendo desta maneira unidade. Procurar promover a identidade do movimento, protegendo-o do secularismo. Estabelecer o funcionamento da igreja, criando desta maneira estrutura e condições para a promoção de sua missão.

3. A FUNÇÃO DO MANUAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

No decorrer da história da igreja Adventista do Sétimo Dia, evidenciou-se nas etapas de seu inicial desenvolvimento a necessidade de plena organização. Constatase que uma das estratégias utilizadas para promover a estabilidade organizacional do Movimento Adventista foi o registro da sistematização de todos os seus procedimentos e orientações eclesiásticas na forma de um manual. Este recurso literário apresenta o conceito da igreja, em relação ao seu sistema administrativo e sua conservação.

Desde sua primeira edição em 1932, já foram impressas 17 edições. Isto, porque no transcorrer dos anos, membros e pastores reunidos em seções e assembléias da Associação Geral, aperfeiçoaram o manual conforme o que foi se revelando útil e necessário para benefício, manutenção e avanço da igreja. NEUFELD (1974, p. 10)¹⁷ aprofunda a questão afirmando:

Questões de política estão sempre sujeitas a alterações. Elas não estão na mesma categoria que os princípios éticos e morais das Escrituras. Mas para que as organizações funcionem com sucesso, membros dessa organização devem estar dispostos a cumprir a política da organização.

Entende-se que a organização é um princípio básico para o sucesso de todo empreendimento eclesiástico, o objetivo é assegurar um ministério consistente e sólido. Em I Co. 14:40, as escrituras afirmam: Mas faça-se tudo decentemente e com ordem. Nesta passagem o elemento da ordem é adicionado e ressaltado em relação as atividades eclesiásticas. Embora o contexto esteja apresentando orientações referentes à liturgia do culto, entende-se que este princípio pode ser aplicado a todas as ações da igreja. Isto, devido ao conselho do apóstolo Paulo ser direcionado integralmente as ações internas da igreja. CHAMPLIN (2002, p. 234) comentando o texto afirma: “Decentemente, o que requer o bom gosto e o comportamento cristão apropriado. E em ordem, que indica um método e uma regra de proceder estritamente cristãos”.

A ordem não deve ser vista apenas como uma característica, mas como a essência vitalícia e segura para a igreja. Comentando o texto bíblico de I Co. 14:33,

¹⁷ Matters of policy are always subject to change. They are not in the same class as the ethical and moral principles of Scripture. But for organizations to function successfully, members of that organization should be willing to abide by that organization's policies.

que diz: Porque Deus não é de confusão, e sim de paz. Como em todas as igrejas dos santos. A escritora WHITE (2010, P. 96) afirma:

Ele requer que o método e a ordem sejam observados na administração dos negócios da igreja hoje, não menos do que o foram nos antigos tempos. Deseja que Sua obra seja levada avante com proficiência e exatidão, de modo que possa pôr sobre ela o selo de Sua aprovação.

Verifica-se que a almejável ordem, pode ser alcançada por meio dos princípios e regulamentos bíblicos que guiam a Igreja em sua postura, governo e em seus procedimentos. Constatase, que com o desejo de ver o movimento plenamente organizado, surgiu o pensamento da unificação, sistematização e registro dos procedimentos administrativos e ministeriais sob a forma de um manual versátil e acessível à igreja em geral. Segundo CHIAVENATO (1999, p. 362) “A organização, vem do grego, *organon*, definido como ferramenta. Significa o arranjo e disposição dos recursos organizacionais para alcançar objetivos estratégicos”. Nota-se que a idéia de um manual, está em harmonia com o pensamento de ser desenvolvida uma estrutura administrativa, para servir de apoio e recurso para a própria igreja em todos os períodos e circunstâncias.

Em 1863, ano da organização da Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia, estavam registrados no departamento de secretaria, 3.500 membros, alistados em 125 igrejas. De acordo com o YEARBOOK (1932, p. 3), quando o manual da igreja foi oficialmente votado em 1932, a denominação havia crescido consideravelmente, o número de membros elevou-se para 331.084 e a quantidade de templos aumentou para 6.932.

Atualmente, segundo o ANNUAL STATISTICAL REPORT (2014, p. 4-7), a Igreja Adventista está presente em 208 países dos 232 reconhecidos pela organização das nações unidas. Estão registrados em seu rol de secretaria 18.143.745 membros, distribuídos em 74.299 edifícios. O movimento também se solidificou em outras áreas. Em seu programa educacional, a rede adventista possui 7.842 unidades de ensino fundamental, médio e universitário. Em seu programa de saúde, são 444 unidades de saúde, entre hospitais, clínicas e sanatórios. Na área de comunicação são 63 casas publicadoras e 14 centros de mídia.

Verifica-se que os registros apontam para um acentuado grau de crescimento e evolução do adventismo ao longo de sua história e acrescido a todo este nível de desenvolvimento, surgem inúmeros desafios a serem vencidos, complexidades a

serem superadas e situações a serem administradas. Além destes fatores, o Movimento Adventista procura sobrepujar as barreiras de estar imerso em uma cultura pós-moderna. Filosofia que rejeita a verdade absoluta e difunde o relativismo. Segundo Jenks Jensen, citado por KUMAR (1997, p. 116):

A era pós-moderna é um tempo de opção incessante. É uma era em que nenhuma ortodoxia pode ser adotada sem constrangimento e ironia, porque todas as tradições aparentemente têm alguma validade. Esse fato é em parte consequência do que se denomina de explosão das informações, o advento do conhecimento organizado, das comunicações mundiais e da cibernetica.

Nota-se que com todos estes obstáculos e o elevado crescimento mundial, surge o perigo da igreja se desfragmentar. Com os conflitos filosóficos atuais e com a propagação da teoria existencialista, sua identidade singular e profética tende a enfraquecer. Seus objetivos podem ser perdidos, e progressivamente o movimento pode se tornar irrelevante. RODRÍGUEZ (2012, p. 18) contribui afirmando que:

A tendência natural de um movimento religioso caracterizado por diversidade étnica, nacional e cultural é de se diferenciar cada vez mais. A fim de preservar a unidade que nos caracteriza, é importante continuar a reafirmar os elementos bíblicos que constituem nosso ponto de união em Cristo.

Compreende-se que se o Movimento Adventista se tornar irrelevante, sua mensagem tende a ser gradativamente apagada da consciência coletiva, diminuindo expressivamente sua influência. Entretanto, para superar os desafios de um movimento mundial e em crescente expansão, e com o objetivo de servir de auxílio frente a circunstâncias adversas, o manual da igreja surge no cenário eclesiástico adventista como uma espécie de ferramenta unificadora de seus procedimentos organizacionais. Na qualidade de um instrumento auxiliador para o progresso do movimento, em face das ameaças que o cercam. Reafirmando elementos bíblicos como ordem (Pv. 20:18 e I Cor. 14:40); harmonia (Am. 3:6 e Fl. 2:2-4); unidade (Jo. 17:21-23, Ef. 4:12-16); exortações (I Cor. 1:10 e Tg. 3:13-16) entre outros.

Percebe-se que o manual é um livro guia, fundamentado e estruturado em princípios bíblicos, e de perfil contextualizado, isto em decorrência da presença da Igreja Adventista em muitas culturas. Tendo seu período formativo durante a trajetória do crescimento do movimento, onde muitas de suas orientações foram experimentadas antes de serem oficializadas pela assembléia da Conferência Geral em 1932, demonstra-se uma espécie de ferramenta de comprovado valor e instrumento habilitado a promover três importantes pilares de sua sustentação: 1)

Fortalecimento da unidade; 2) Preservação da identidade e 3) Contribuição para a formação de uma consciência missiológica. Neste capítulo, o presente estudo estará discorrendo sobre os objetivos do manual, fundamentado nestas três principais colunas: unidade, identidade e missão. Examinando a contribuição e o valor do manual da igreja para o fortalecimento, manutenção e desenvolvimento do Movimento Adventista do Sétimo Dia no século 21.

3.1 Fortalecimento da unidade

Nesta divisão do capítulo, estará sendo estudada a contribuição do Manual da Igreja para o fortalecimento da unidade da Igreja Adventista em todo o mundo. A unidade no Movimento Adventista é um assunto tão relevante, que é definido como uma crença fundamental, chamada de unidade no corpo de Cristo. Isto, em decorrência do elevado número de textos bíblicos que fazem menção ao assunto. Esta doutrina procura reafirmar os ideais bíblicos de plena unidade na Igreja e em sua organização. Procura também distinguir sua importância para o pleno funcionamento de toda atividade eclesiástica.

O Manual pode ser visto como um recurso que contribui para o crescimento e fortalecimento da unidade na igreja, isto em decorrência de seu conteúdo pretender criar uma estrutura coerente, para decisões que resultem na melhoria da organização eclesiástica. Percebe-se que o Manual foi escrito com o propósito de orientar a igreja. Devido ao seu volumoso crescimento e dificuldades advindas deste desenvolvimento, o pensamento de um manual foi formado, ao longo dos anos, organizado e consequentemente aprovado.

Diante dos mais variados conflitos e situações, esta literatura coopera para a padronização dos procedimentos, eliminando possíveis divisões de ordem pessoal, consequentemente gerando um ambiente organizacional. Este ambiente produzido preserva a igreja da desordem, confusão, injustiça e da perda de seus objetivos. Segundo PINHO (1980, p. 31): “O propósito de organização na igreja é que a unidade deve prevalecer e o princípio fundamental da unidade é precisamente a ordem”.

3.1.1 Unidade na Bíblia

No Antigo Testamento, percebe-se o princípio de unidade de maneira implícita. O mesmo é visto nas ações e guia de Deus para com seu povo no deserto (Nm. 9:15-23). A unidade na igreja tem sua origem no próprio caráter de Deus. Na otimização do trabalho de Moisés, por meio da delegação de liderança (Ex. 18:13-26).

No livro de Sl. 133:1, o autor exalta a excelência da união fraternal, ao afirmar: Oh! Como é bom e agradável viverem unidos os irmãos. Segundo ELWELL (1990, p. 593) “o salmista recomenda a unidade”. Entende-se que a unidade, além de produzir um perfeito funcionamento das atividades, causa também alegria e paz as pessoas envolvidas em seu processo. No livro de Am. 3:3, o profeta interroga: Andarão os dois juntos, se não houver entre eles acordo? Embora o contexto apresentado esteja ressaltando a quebra e distanciamento do povo de Israel para com Deus, nota-se que o princípio que pode ser extraído é o da impossibilidade da unidade havendo falta de harmonia.

No Novo Testamento, constata-se que os princípios da unidade eclesiástica são notados em caráter específico. Esta seção da Bíblia fornece evidências explícitas de elementos organizacionais que orientaram a emergente igreja cristã. Verifica-se que esta organização primária surgiu em resposta a necessidade, isto devido ao rápido crescimento numérico (At. 2:41 e 9:31), e a pregação apostólica alcançando outras comunidades e países (At. 13:4, 18:1 e 18; 19:1 e 22). Segundo GRUDEM (2009, p. 734):

O novo testamento também fala com freqüência sobre a necessidade de lutar pela unidade da igreja visível. Isso pode ser definido da seguinte maneira: unidade na igreja é o seu grau de isenção de divisão entre os verdadeiros cristãos.

Constata-se que o próprio Jesus idealizava e clamava pela unidade entre seu povo. Segundo ERICKSON (1997, p. 438) “o ideal de unidade é salientado na oração sacerdotal de Jesus (Jo. 17:21-23), bem como em Ef. 4:1-16, na dissertação de Paulo sobre a igreja”. Em Jo. 17:23, Jesus ora pedindo unidade, ao afirmar: A fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviastes e os amastes, como também amastes a mim. Entende-se que além do desejo de Jesus pela unidade entre os cristãos, a mesma seria um testemunho para os descrentes.

Percebe-se que o viver dos novos convertidos ao cristianismo no livro de Atos, era pautado por um forte sentimento de integração e companheirismo,

resultante de seu estilo de vida inclusivo e unificador (At. 2:42-44; 12:5 e 15:6). O apóstolo Paulo exorta a igreja de Corinto a viver em unidade (I Co. 1:10). Ele incentiva a igreja de Filipos a manifestar uma maior integração (Fl. 2:2). Ele orienta a igreja de Éfeso a um maior esforço para a preservação da unidade (Ef. 4:3). O autor do livro de Tiago encaminha seus leitores a viverem mediante sábio e inteligente procedimento de união cristã (Tg. 3:13-16).

Verifica-se que os textos bíblicos apresentados apontam para um claro indício de unidade eclesiástica descrito na Bíblia. Estes registros fundamentam sinais embrionários, da necessidade de um sistema organizacional e administrativo que serviria de auxílio e apoio para o alcance da unidade eclesiástica. Earl Radmacher, citado por GEISLER (2010, p. 583) aprofunda o estudo, apresentando indícios do desenvolvimento primário de um código com normas e regulamentos entre as igrejas na época:

Em Atos 6:16, houve algo que se aproximou de uma eleição ordenada na igreja local. Havia registros da igreja local, pelo menos para as viúvas que deveriam receber ajuda (I Tm. 5:9), e as evidências parecem apoiar registro de membros cuidadosamente mantidos, pois todos estavam associados a uma igreja local específica. Além disso, os números eram conhecidos (At. 1:15; 2:41; 4:4); a eleição de oficiais pressupõe a existência de um registro (At. 6:2-5); e a disciplina da igreja pressupõe a existência de um registro (I Co. 5:13). Havia regras ordenadas para os procedimentos e práticas nas igrejas locais (I Co. 11:1-34; 14:1-40). Havia um sistema ordenado das finanças da igreja local (I Co. 16:2).

Entende-se que este código de procedimentos e orientações, formava inicialmente uma estrutura administrativa que facilitava o desenvolvimento e progresso dos propósitos da igreja. No início do livro de Atos, percebe-se que a igreja cristã iniciava seu processo de formação (At. 1:12-26; 2:37-48). Agregado a este processo e ao crescimento (At. 2:41), o pensamento de uma igreja organizada foi se formando gradativamente. Verifica-se que a igreja primitiva percebeu que para se alcançar o êxito pretendido, a unidade de pensamentos e ações, além da organização de procedimentos era imprescindível. Porém, nota-se que esta etapa foi progressiva, sendo desenvolvida conforme seu crescimento fosse indicando novos desafios (At. 6:1-7; 15:6-29).

3.1.2 Unidade no Manual da Igreja

Assim como a igreja cristã primitiva sentiu a necessidade de procedimentos coerentes e definições urgentes, decorrentes dos desafios que foram surgindo, o Movimento Adventista também, em seu acentuado crescimento, percebeu de modo progressivo a necessidade de constante organização. Neste ambiente, inicia-se na Igreja Adventista, o pensamento da unificação dos procedimentos e sistematização dos mesmos.

Entende-se que o objetivo foi fortalecer o princípio bíblico da unidade cristã. Constatata-se que uma literatura, oficialmente credenciada pela igreja, contendo procedimentos, recursos administrativos e apresentando o modelo bíblico de governo, além de outras informações eclesiásticas, auxiliaria significativamente o vital princípio bíblico de unidade. Contribuiria também para a edificação da denominação e colaboraria para o fortalecimento de seus propósitos. Segundo BEACH (1979, p. 13):

As provisões do manual da igreja salvaguardam a igreja de provas e erros que debilitam, bem como da falta de coesão, injustiça e, às vezes, apostasia total. Os princípios e normas encontrados neste livro contribuem para a preservação da uniformidade da igreja de Deus em todo o mundo. Eles evitam a tendência natural nas diferentes regiões de imitar em demasia os costumes e normas de administração e negócios e desenvolver um tipo diferente de igreja.

Percebe-se que o Manual da Igreja, trabalha no sentido de prover uma estrutura funcional ampla, permitindo suficiente margem e reflexão para que seus membros e pastores tenham um subsídio especial, para procedimentos administrativos e organizacionais. Entende-se que esta conduta auxilia na resolução de conflitos e na preservação de seus ideais, introduzindo seu objetivo principal, a unidade da igreja. O Manual é a sistematização dos princípios bíblicos de organização, seu conteúdo objetiva prevenir o movimento de possíveis divergências e posicionamentos extremistas e liberais. Sua plena aplicação contribuiria para trazer equilíbrio funcional e fundamento para suas ações administrativas.

Verifica-se que a quantidade de normas presentes no manual corrobora para um ambiente de decisões coerentes, pois as mesmas deixam margem regular para as pessoas pensarem, aprenderem e fazerem escolhas sábias condizentes com o contexto onde estão inseridas. Crê-se que com este detalhamento e padronização de orientações, aliado a liberdade de decisões, a igreja se estabiliza em sua administração e fortalece seu vínculo de unidade em todo o mundo.

3.1.3 O Conteúdo do Manual da Igreja

Entende-se que para uma melhor compreensão, dos princípios e estruturas que auxiliam a unidade cristã contidos no Manual da Igreja, convém examinar seu conteúdo. A edição analisada neste estudo é a de número vinte e um, edição mais recente, revisada na Assembleia da Associação Geral de 2010. A literatura em estudo possui dezessete capítulos.

O capítulo um do manual é formado por cinco páginas. Este capítulo se preocupa em apresentar o contexto histórico do surgimento do Manual. São apresentadas informações sobre o motivo de se possuir tal literatura por parte da Igreja. Sua função e autoridade também são expostas. O procedimento, a legalidade e o período para a realização de alterações no Manual também é esboçado. Percebe-se neste primeiro capítulo, uma seção introdutória que objetiva informar a igreja quanto à importância e necessidade da utilização do Manual, como um instrumento eficaz na busca de seus ideais e propósitos.

O capítulo dois do manual é constituído por quatro páginas. Neste capítulo é desenvolvido um breve estudo sobre a Igreja. Verifica-se um esboço preciso de uma espécie de eclesiologia adventista. Ao final do tema, percebe-se uma preocupação presente em todo o volume: unidade no corpo de Cristo. Afirma: “A igreja está comprometida com os acima citados princípios de unidade espiritual da igreja de Cristo”.

O capítulo três do manual é composto por sete páginas. Neste capítulo o objetivo é apresentar o funcionamento administrativo da Igreja. Sua base bíblica, propósito e importância são destacados na seção. Um esboço da estrutura organizacional é apresentado e a autoridade da Associação Geral é ressaltada e fundamentada. Percebe-se que o objetivo é proporcionar aos leitores, uma compreensão exata e transparente do funcionamento administrativo da igreja.

O capítulo quatro do Manual é organizado em cinco páginas. Percebe-se que este capítulo dá continuidade ao anterior, aprofundando o assunto da estrutura administrativa. Detalhando nesta divisão, porém, o trabalho e função do ministério pastoral. Além de obreiros e servidores da Igreja. Descrevendo especificamente os atributos de um pastor presidente de uma associação. Verifica-se que o assunto principal deste capítulo é descrever a ordem e o zelo que deve existir e caracterizar os obreiros que são assistidos financeiramente pela Igreja.

O capítulo cinco do Manual é formado por seis páginas. O mesmo expõe as questões relativas à organização, fusão e dissolução de igrejas e grupos. O capítulo apresenta diversos procedimentos a serem adotados nas ocasiões citadas acima. Entende-se que esta metodologia auxilia no processo organizacional da igreja, orientando-a em situações decisivas. Estas são etapas fundamentais para o desenvolvimento da igreja, como também para salvaguardá-la de crises que ameaçam sua existência, propósito e unidade.

O capítulo seis do Manual é estruturado em treze páginas. Constata-se que sua finalidade é discorrer sobre a condição e o status de membro da Igreja. Desde sua admissão por batismo ou profissão de fé, descrevendo também as condições para o rebatismo e a metodologia adotada para as transferências. Percebe-se que o alvo do capítulo é descrever a destacada responsabilidade de pertencer ao rol de membros da Igreja. Entende-se que a qualidade dos membros da Igreja influencia na transmissão de seus objetivos a comunidade. Portanto, verifica-se que o capítulo objetiva assegurar o estilo bíblico do viver cristão.

O capítulo sete do Manual é disposto em treze páginas. O capítulo tem por finalidade estudar o assunto da disciplina eclesiástica. O mesmo procura descrever seu objetivo redentivo, suas razões e sua aplicabilidade. A seção ainda acrescenta uma exposição e fundamentação bíblica para o procedimento disciplinatório.

Entende-se que o processo disciplinar auxilia para a formação de uma estrutura que produza unidade eclesiástica, isto em decorrência do mesmo procurar assegurar a manutenção de princípios bíblicos e ao mesmo tempo resgatar o membro faltoso, levando-o a refletir em suas ações, BURLANDY (2012, p. 46) aprofunda a questão afirmando: “No que diz respeito à aplicação da disciplina eclesiástica, a igreja estimula a disciplina pessoal de cada crente, promove a disciplina preventiva e, quando necessário aplica a corretiva”. Nota-se que a negligência neste procedimento auxilia para a instauração de um ambiente de anarquia e tolerância de princípios seculares, que se mostrarião prejudiciais no decorrer dos anos. Segundo Leonardo Tuggy, citado por Schedd (1989, 10):

“Disciplina eclesiástica seriam todos os meios e medidas pelas quais a igreja busca a sua santificação e boa ordem necessária para sua edificação espiritual e eliminação de tudo que ameaça seu bem estar”.

O capítulo oito do manual é descrito em quarenta páginas. Esta divisão apresenta detalhadamente uma relação oficial de dezoito ministérios que compõe o quadro organizacional e operacional da igreja local. Esta seção procura descrever os objetivos de cada área, além de apresentar um breve programa de funcionamento dos ministérios citados. Verifica-se que o alvo do capítulo, é expor um planejamento testado e aprovado, para cada área de atividade da igreja local. Objetivando o pleno funcionamento e fortalecimento do Movimento Adventista.

Além de descrever os ministérios, a seção ainda acrescenta as qualificações e características dos membros aptos para assumirem as funções sugeridas. Verifica-se que o Manual enfatiza a questão da unidade ao afirmar na página 73: “Os que se opõem a unidade não estão aptos”. Entende-se que o princípio da unidade é enaltecido como uma ferramenta que produz solidificação às atividades que serão desenvolvidas pelos membros em seus ministérios. Verifica-se que embora sejam ministérios diferentes, todos tem um objetivo principal que os une em torno de sua missão. A quebra deste objetivo central traria dispersão de forças à Igreja e a perda de seus propósitos.

O capítulo nove do Manual é organizado em seis páginas. Nesta seção, encontra-se a exposição do processo de eleição na igreja local e a escolha de delegados que representaram a igreja em outras reuniões da associação local. Todos os procedimentos são apresentados de maneira detalhada, com a finalidade de gerar transparência, bom senso e equilíbrio nas decisões. Percebe-se que o objetivo é estabelecer um padrão de organização, gerando consequentemente uma estrutura lúcida que evitará qualquer atividade suspeita ou de natureza política neste importante processo.

O capítulo dez do Manual é estruturado em dezoito páginas. Nota-se que o mesmo é de caráter instrutivo, pois apresenta os princípios gerais dos cultos, cerimônias e reuniões diversas. Verifica-se que o objetivo é harmonizar as atividades e programas seguindo um padrão estabelecido. Na página 122, a seção em estudo ressalta a importância da conservação da unidade nos ritos, nas atitudes, nos procedimentos a serem desenvolvidos, nas crenças e no tempo dispendido no púlpito.

O capítulo onze do Manual é apresentado em sete páginas. Percebe-se que seu alvo é discorrer sobre o assunto das finanças. Trabalhando o princípio de mordomia cristã, dízimos e ofertas sistemáticas. Regulamentos são descritos para a

utilização dos recursos recolhidos. Entende-se que esta inserção orientadora apresenta a transparência da própria igreja ao lidar com seus recursos financeiros. Percebe-se que este estilo administrativo produz segurança em seus membros, auxiliando no fortalecimento eclesiástico e no desenvolvimento da almejada unidade. Esta seção define que o plano financeiro da igreja atende a um propósito amplo. Um sistema de compartilhamento de fundos com os campos mundiais, com o propósito de unificar a igreja em todo o mundo e atender suas necessidades.

O capítulo doze do Manual é estruturado em nove páginas. Verifica-se que esta seção discorre sobre a identidade do viver cristão. São apresentados onze fundamentos em áreas diversas do desenvolvimento cristão. Entende-se que estes princípios demonstram elementos que diferem o posicionamento cristão bíblico do secular. Verifica-se que o capítulo objetiva descrever os padrões cristãos, com a finalidade de instruir seus membros e consequentemente assegurar a identidade do movimento.

Imergida em uma cultura pós-moderna, onde verdades absolutas são questionadas e o relativismo impera, entende-se que obstáculos advindos desta filosofia podem confundir os princípios entre os membros da igreja, ameaçando o Movimento Adventista de perder sua identidade e relevância na sociedade. Segundo Hall (2006, 69): “As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do pós moderno global”. Constatase que as descrições dos princípios bíblicos de vida cristã procuram assegurar unidade no que diz respeito às ações e práticas da igreja e de seus membros, sem influências externas e correntes filosóficas.

O capítulo treze é organizado em dez páginas. A seção se divide em duas partes: 1) O ideal divino para o casamento e 2) A posição da igreja em relação ao divórcio e o novo casamento. A abordagem dos dois assuntos é fundamentada e sistematizada no texto bíblico. Percebe-se que o objetivo é assegurar o princípio bíblico vitalício do casamento e descrever as condições e situações para a constituição de um novo casamento. Entende-se que a abordagem do assunto é relevante e procura afirmar a unidade dos casamentos e famílias, devido aos crescentes índices de divórcios e separações. Segundo RODOR (2008, p. 52):

O casamento é sagrado, independente de decisões humanas ou do cinismo da cultura ao nosso redor. Se os cristãos devem levar Cristo seriamente, então seus ensinos com respeito ao casamento não

deixam qualquer dúvida quanto ao caráter sagrado da instituição matrimonial.

Constata-se que reafirmando o princípio bíblico do casamento, o Manual procura desenvolver um ambiente de união entre as famílias, visando a mais completa unidade na igreja que é composta por famílias. Percebe-se também que o manual atua como uma ferramenta que protege e ampara o ideal de Deus para a família, procurando inibir qualquer pensamento contrário ao bíblico ou corrente filosófica liberalista.

O capítulo catorze do Manual é formado por dez páginas. Neste último capítulo o Manual apresenta uma lista que compõe seu quadro doutrinário, descrevendo suas 28 crenças fundamentais. Verifica-se que esta lista está presente em todas as dezoito edições do Manual. Desde sua primeira edição em 1932 até a mais recente em 2010. Entende-se que a descrição de suas crenças e a reafirmação das mesmas em todos os Manuais procura assegurar a cada membro sua identidade e unidade doutrinária.

Entende-se que a unidade doutrinária é essencial para que a igreja permaneça unida, pois tem a ver com sua identidade, seu estilo de vida, sua liturgia, ministério, instituições e visão de mundo. Constata-se que sem unidade no corpo de crenças, o movimento tende a se dissolver perante suas etapas de crescimento e desenvolvimento.

O Manual é concluído com um suplemento especial organizado por cada órgão administrativo continental. Cada entidade tem liberdade para compor regulamentos de acordo com seu contexto e necessidade específica. Percebe-se que esta abertura procura gerar um conceito de liberdade e entendimento do contexto mundial e cultural em que a igreja está inserida. As propostas para o suplemento devem ser aprovadas em uma seção da Associação Geral. O objetivo é produzir uma atmosfera de compreensão mundial frente aos desafios geográficos do movimento e avançar na busca pelos seus ideais, valores e propósitos, buscando, promovendo e aperfeiçoando a unidade em todas as suas ações.

Concluindo a subdivisão deste estudo, percebe-se no conteúdo do Manual, a preocupação latente da igreja: a aplicação do princípio bíblico da ordem e da unidade. WALDVOGUEL (1941, p. 2) discorrendo sobre o manual, salienta: “alí estão, porém de modo bem claro e positivo, os traços gerais da boa administração eclesiástica e do perfeito entendimento mútuo dos membros da igreja”.

Verifica-se que seus capítulos procuram orientar, exortar e instruir seus membros nas mais diferentes situações e práticas. Segundo WHITE (2006, p. 445): “De acordo com seus conselhos, Cristo gostaria que seus seguidores fossem unidos na qualidade de igreja, observando ordem, tendo regras e disciplina”. Constata-se que com um clima de unidade instaurado na igreja, a mesma terá mais facilidade de preservar sua identidade e princípios.

Conclui-se, nesta seção do trabalho, que o manual foi desenvolvido como uma ferramenta que promove a unidade. Uma espécie de instrumento que ressalta princípios bíblicos de administração eclesiástica e conduta. Fundamentado na Bíblia e aperfeiçoado ao longo dos anos. Entende-se que sua aplicabilidade é relevante no que diz respeito a unidade do Movimento Adventista.

3.2 Auxílio na Preservação da Identidade

Nesta divisão do capítulo, estará sendo analisada a contribuição do Manual da Igreja, para a preservação da identidade da Igreja Adventista em todo o mundo. Segundo TIMM (2001, P.14):

Estudos sociológicos da religião têm demonstrado que os movimentos religiosos surgem normalmente com o propósito de reformar a cultura na qual existem. Mas no segundo século de sua existência, depois que faleceram os pioneiros e aqueles que os conheceram, esses mesmos movimentos tendem a perder sua identidade e a ser reabsorvidos pela própria cultura que originalmente tencionavam reformar.

Percebe-se que a Igreja Adventista, por ser um movimento iniciado no século XVIII, com 152 anos de existência, desde sua oficialização em 1863, está imersa em uma cultura de mentalidade pós-moderna, onde segundo JAPIASSÚ e MARCONDES (2008, p. 238) está impregnada pelo relativismo, “ideia segundo a qual a verdade depende da perspectiva de quem a examina, variando conforme as circunstâncias”. Constata-se então, que esta tendência cultural atual, a pós-modernidade, desistiu de buscar a verdade absoluta. Entende-se que esta característica da corrente filosófica citada, tende a ser um desafio para a preservação e manutenção da identidade da Igreja Adventista.

Além dos desafios culturais étnicos, em decorrência de estar presente em diversos países, o Movimento Adventista se encontra em seu segundo século de

existência. Afastado de seus pioneiros, demonstra-se que o mesmo tende a perder sua identidade, e ser constantemente influenciado pela corrente filosófica atual.

Inserida num mundo em que apelos ecumênicos e tendências pluralistas têm aumentado, muitos movimentos religiosos, influenciados pelas fortes correntes da globalização ecumênica, acabaram perdendo quase que completamente sua identidade. CANALE (2012, p. 25) aprofunda o pensamento do pluralismo religioso afirmando: “O adventismo se seculariza ao adaptar seu pensamento e conduta aos padrões do mundo, este mundo que está mais distante do Deus da Bíblia do que o mundo do século 19 estava dos pioneiros adventistas”. Como um auxílio para a preservação de sua identidade e o pleno afastamento da influência ecumênica, o Manual da Igreja procura ressaltar seus valores, no estilo de vida e nas condutas em procedimentos e práticas.

Para uma melhor compreensão deste estudo, esta divisão do capítulo estará sendo estruturada em três temas interligados: Identidade Adventista do Sétimo Dia; Influência do pensamento Pós-Moderno e Manual da Igreja como fonte integradora dos procedimentos e princípios Adventistas.

3.2.1 Identidade Adventista do Sétimo Dia

Recapitulando sua história, percebe-se, que desde o início de suas reuniões e atividades, o Movimento Adventista foi pautado por princípios que o diferenciavam dos demais. Entende-se, que sua pregação profética, sua ênfase bíblica para a fundamentação de suas crenças e a ampliação de seu desejo de transpor barreiras para o alcance global de sua mensagem, são características relevantes que demonstram sua diferenciação. LEHMANN (2012, P. 109) aprofunda a questão ao afirmar:

O adventismo é um movimento cristão singular, que surgiu do cumprimento das profecias com o propósito de ser usado por Deus para testemunhar à cultura sobre o plano da salvação expresso na Bíblia e detalhado nas profecias.

Percebe-se que desde sua origem, a Igreja Adventista do Sétimo Dia se considera um movimento profético que possui uma mensagem e uma missão especial para o mundo (Dn. 8:14; Mt. 28:18-20; Ap. 10:1-11 e 14:6-12). Tendo como alvo maior a preparação de um povo para o segundo advento de Jesus. Segundo os

adventistas, este movimento foi profetizado em Isaías 40:1-5, como a “voz do que clama no deserto”, preparando o caminho do Senhor. Em Isaías 58:12, como o “reparador de brechas e restaurador de veredas” que restabeleceria verdades bíblicas esquecidas. Seu cumprimento foi predito em Apocalipse 14:6-12, com a tríplice mensagem angélica pregada nos últimos dias da história humana pelos seus fiéis mensageiros.

O historiador KNIGHT (2010, p. 29) aprofunda a questão ao descrever o pensamento dos pioneiros adventistas:

O adventismo nunca se viu como apenas mais uma denominação. É essa compreensão que deu poder ao movimento adventista. Apesar de ser uma denominação evangélica, nunca foi meramente evangélica. É um movimento evangélico com uma mensagem profética para o mundo centralizado no Cordeiro de Deus e no Leão da tribo de Judá apresentado no Apocalipse.

Conforme descreve o texto bíblico de Provérbios 4:18: “Mas a vereda dos justos é como a luz da aurora, que vai brilhando mais e mais até ser dia perfeito”. Assim como a luz vai expandindo seu brilho ao início de um novo dia, percebe-se que desta singular maneira, a identidade do Movimento Adventista e seu desenvolvimento doutrinário foram sendo formados. Sua percepção missiológica e sua visão escatológica foram sendo aperfeiçoadas. Verifica-se que sua identidade vigente, foi fruto constante de um minucioso processo de estudo da Bíblia ao longo dos anos.

Sua identidade é plenamente apresentada no Manual da Igreja. Percebida em seus objetivos definidos e em procedimentos ordeiros. Porém destacada no capítulo doze que descreve o estilo de vida cristão e no capítulo catorze que define as vinte e oito crenças do movimento Adventista. Percebe-se que princípios como: 1) Observância do Sábado; 2) Saúde e Temperança; 3) Vestuário; 4) Mídia Moderna; 5) Recreação e Divertimento; 6) Música; 7) Jóias e Ornamentos e 8) Sexualidade, acentuam sua diferenciação na identidade adventista.

Verifica-se que dois princípios bíblicos estruturam a importância da relevância da identidade adventista: 1) a restauração da imagem de Deus no ser humano; e 2) a incumbência profética peculiar da Igreja Adventista.

Percebe-se que uma das características mais acentuadas na atualidade é a crise de identidade. O desenfreado progresso contemporâneo tem rompido quase totalmente com os vínculos do passado e produzido, consequentemente, um

profundo senso de alienação de seus valores e princípios do passado. Descrevendo o assunto da crise de identidade HALL (2003, p. 21) afirma:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela se tornou politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença.

Imerso em uma cultura que perde cada vez mais sua identidade, o Movimento Adventista procura reafirmar seus valores, princípios e crenças com o objetivo de não perder sua identidade e consequentemente anular seus objetivos. FROOM (1988, P. 132): aprofunda a questão ao afirmar: “Enquanto a Igreja está evangelizando o mundo, o mundo esta secularizando a Igreja”. Verifica-se que para não se diminuir sua relevância e manter seus ideais, o Movimento Adventista necessita constantemente reafirmar sua singular identidade. Entende-se que neste contexto, surge o Manual da Igreja, como ferramenta indispensável, no que diz respeito a definir seus princípios, registrar suas crenças e orientar a Igreja em seus procedimentos bíblicos e valores absolutos.

3.2.2 Influência do Pensamento Pós-Moderno

Percebe-se que o pensamento pós-moderno é influente na atualidade. Constatata-se que o mesmo nega o racionalismo autoconfiante do período passado à modernidade, e estabelece-se sobre o princípio relativista. A transição da modernidade para a pós-modernidade não é unicamente temporal ou histórica, mas verifica-se que a mesma é conceitual e cultural. O homem pós-moderno estabelece seus conceitos e diretrizes em crenças que lhe tragam satisfação individual. A mentalidade pós-moderna resiste à ideia da existência de uma verdade absoluta e universal. Verifica-se que há uma invalidação do princípio absoluto ou universal, em prol do particular ou individual. Seus conceitos e decisões são relativos. Aprofundando o conceito relativista, HENRY (2007) afirma: “O relativismo é a teoria de que a base para os julgamentos sobre conhecimento, cultura ou ética difere de acordo com as pessoas, com os eventos e com as situações”.

Esta corrente filosófica apregoa a coexistência de múltiplas verdades, uma podendo coexistir com outras. Analisando o conceito pós-moderno, GRENZ (1997,

p. 24) afirma: “as crenças são consideradas verdadeiras no contexto das comunidades que as defendem”. Percebe-se que, segundo a mentalidade em estudo, o conceito do certo e do errado é relativo e não fundamental para se definir um padrão de estilo de vida. Consequentemente não são estabelecidos princípios morais absolutos, que regeriam a conduta universal da humanidade. A verdade seria definida como aquilo que a sociedade ou o indivíduo crê. Verifica-se que BURLANDY (2012, p. 48) identifica o perigo latente desta corrente de pensamento:

No relativismo não se permitem verdades absolutas, como acontece no cristianismo. Este tipo radical de relativismo conduz ao pluralismo em termos de fé, de crença e de moral. O pluralismo religioso liquida a estrutura do evangelho, por isso é inaceitável.

Percebe-se que o pensamento pós-moderno tende a desenvolver uma crise de identidade no que diz respeito aos princípios bíblicos. A fonte para a busca da verdade deixa de ser a revelação especial de Deus, a Bíblia, e passa a ser o próprio ser humano e sua visão de mundo, formada a partir de suas experiências. A verdade deixa de ser fundamentada em Deus e passa a ser estabelecida sobre a premissa humana. PEREIRA (2004, p. 3) aprofunda a questão ao afirmar: “A visão teocêntrica passa a ser rejeitada à medida que Deus é deslocado do centro do universo”.

De acordo com esta visão, mudar de opinião, segundo a conveniência e sem uma estrutura absoluta que forneça margem para decisões seguras é usual. Entende-se que os valores para as decisões e conceitos são experiências próprias e a crença individual naquilo que se aceita crer. Percebe-se que segundo esta linha de pensamento a verdade será sempre questionável e mutável. O que conflita diretamente com os princípios bíblicos de verdade absoluta e imutabilidade (Ml. 3:6; Jo. 17:17 e Ef. 4:5). Comentando o assunto do relativismo, como característica da mentalidade pós-moderna, SANTOS (2009, p. 42) confirma o pensamento como: “contrário ao absolutismo de princípios, normas e valores que são marcos distintivos do povo de Deus”.

Decorrente do pensamento pós-moderno e diante da ameaça relativista, a Igreja Adventista do Sétimo Dia se depara hoje, com enormes desafios que ameaçam sua unidade, identidade e missão. Entende-se que sem princípios claramente estabelecidos e fundamentados na Bíblia, independente da crença humana, o Movimento Adventista aproxima-se da quebra de sua unidade. Consequentemente pela falta de unidade, sua identidade, formada por verdades absolutas é questionada e possivelmente perdida. Constatase que sem o ambiente

que a unidade fornece, e a presumível crise e perda da identidade, o Movimento tende a perder sua estrutura para completar sua missão e alcançar seus objetivos. BRUINSMA (2006, p. 29-31) aponta os seis sintomas da tendência pós-modernista no Movimento Adventista:

- (1) Questionamento da ideia de movimento adventista mundial e tendência para pensar e agir localmente; 2) Desconfiança nas estruturas institucionais e desinteresse pela hierarquia da igreja;
- 3) Relativismo doutrinário e comportamental. Cada um estabelece sua própria verdade, conforme a conveniência pessoal;
- 4) Mudanças no estilo de culto, com ênfase crescente na experiência, música contemporânea, drama e reuniões informais;
- 5) Ampliação dos limites para aplicação da disciplina eclesiástica, tendência cada vez maior para transigir com princípios e
- 6) Questionamento da eclesiologia adventista.

Constata-se que com os perigos decorrentes do pós-modernismo, que ameaçam a integridade e o futuro do Movimento Adventista, o Manual da Igreja surge neste cenário como um instrumento unificador de seus princípios, procedimentos e estilo de vida. Percebe-se que o mesmo, desenvolve uma orientação acultural, absoluta e bíblica, independente do pensamento filosófico humano. Percebe-se que o Manual da Igreja, parte da premissa de oferecer aos seus membros o perfil ideal do viver cristão. Estabelecendo verdades absolutas e princípios universais. Entretanto, constata-se que um cristão existencialista, influenciado pela mentalidade pós-moderna procura formar seus conceitos e basear suas decisões em seu próprio conceito de verdade e sabedoria.

3.2.3 Manual como fonte integradora dos procedimentos e princípios Adventistas

Verifica-se que o Movimento Adventista do Sétimo Dia, desde as etapas iniciais de seu desenvolvimento, buscou estruturar seus pensamentos teológicos e procedimentos práticos em princípios bíblicos, que formaram e solidificaram sua identidade doutrinária e administrativa. Percebe-se que seu estilo de vida e sua ênfase missionária, são pontos relevantes em seu código doutrinário e estabelecem sua visão denominacional.

Embora fortemente definido em sua identidade, nota-se que a Igreja Adventista, como os demais movimentos religiosos, tende a ser influenciada com os constantes ataques filosóficos decorrentes da mentalidade pós-moderna. A linha de

pensamento citada colabora em combater os princípios e procedimentos definidos em sua identidade bíblica, utilizando como preceito o relativismo característico. Diminuindo, desta maneira, a barreira entre o secularismo e os princípios bíblicos. Entende-se que tal estilo ameaça confundir os membros da Igreja Adventista e consequentemente ruir suas estruturas de pensamento e abalar sua postura bíblica e denominacional. KNIGHT (2010, p. 13) relacionando a identidade adventista com a mentalidade pós-moderna, descreve o surgimento de membros desequilibrados, classificando-os em três classes:

Temos hoje na Igreja o que chamo de adventistas adventistas, aqueles que encaram tudo o que a denominação ensina como algo unicamente adventista e ficam irritados quando somos chamados de evangélicos. No outro extremo estão os adventistas que podemos chamar de cristãos cristãos. As pessoas neste polo da denominação ficam felizes em ser consideradas evangélicas e esquivam-se de Ellen White, das implicações escatológicas do sábado, do santuário celestial, e assim por diante. No centro, felizmente, estão aqueles que podemos designar como adventistas cristãos, cujo adventismo encontra significado na estrutura evangélica que partilhamos com outros cristãos.

Constata-se que a procura pelo equilíbrio em uma sociedade desequilibrada, deve ser um alvo constante. Objetivando a manutenção da identidade do Movimento Adventista, e seu crescente desenvolvimento vigoroso. Percebe-se que para auxiliar neste fim, o Movimento Adventista organiza o Manual da Igreja. Procurando unificar seus procedimentos administrativos e integrar seus princípios bíblicos de identidade. Estes métodos de organização e práticas eclesiásticas foram sendo testados e aprovados durante os anos formativos e durante as reuniões das conferências gerais.

Verifica-se que as normas e práticas da Igreja Adventista se baseiam nos princípios da Bíblia. Esses princípios, ressaltados pelo dom profético manifestado na pessoa de Ellen G. White, estão expostos no Manual da Igreja. Percebe-se que os princípios descritos no Manual descrevem a operacionalidade e as funções das igrejas locais e seu relacionamento com a estrutura denominacional na qual estão inseridas. O Manual também apresenta a compreensão da Igreja a respeito da vida cristã e do governo eclesiástico. Nota-se que o Manual da Igreja atua como uma espécie de proteção para a denominação, amparando-a de estratégias seculares de administração corporativa. Ao expressar a identidade do movimento, este veículo

administrativo protege a denominação de tendências seculares e contemporâneas que ameaçam sua estabilidade.

Recapitulando a história do Movimento Adventista, PLEN (2012, p.1) afirma:

Desde o início, o Manual da Igreja foi uma ferramenta útil e necessária para o andamento e organização da igreja. A propagação do trabalho requereu uma revisão do conteúdo nas conferências mundiais. Não é uma ferramenta imóvel e rígida, mas a manifestação do consenso da igreja mundial sobre os procedimentos, práticas denominacionais e assuntos gerais pertinentes à direção da igreja.

Constata-se que o Manual da Igreja atua como fonte integradora de seus princípios bíblicos, uma ferramenta acultural, que promove organização, unidade e evita que a Igreja seja prejudicada pelas correntes filosóficas da mentalidade pós-moderna. TIMM (2009, p. 16) observa: “Se queremos manter nossa identidade cristã adventista, precisamos vencer as tentações culturais que roubaram a identidade de muitas outras denominações cristãs”. Percebe-se que as exposições precisas das normas, procedimentos e objetivos da Igreja apresentados no Manual têm ajudado a unificar, consolidar, proteger e expandir a Igreja Adventista do Sétimo Dia em todo o mundo.

WHITE (2006, p. 228) comentando o assunto da organização eclesiástica afirma: “são indispensáveis a ordem, o sistema e a unidade de ação”. Nota-se que o Manual da Igreja, em suas descrições e procedimentos procura desenvolver um ambiente de unidade que prove margem para decisões que trarão relevância ao desenvolvimento do Movimento Adventista e a preservação de sua identidade.

3.3 Estrutura para a formação de uma consciência Missionária

Segundo a comissão executiva da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia, na Reunião da Primavera em Silver Spring, Maryland, abril de 1993, a missão da Igreja Adventista do Sétimo Dia é: Proclamar a todos os povos o Evangelho eterno no contexto das três mensagens angélicas de Apocalipse 14:6-12, levando-os a aceitar a Jesus como Salvador pessoal e unir-se à Sua Igreja, e ajudando-os a se prepararem para o Seu breve retorno. Verifica-se que o Movimento Adventista possui uma missão claramente definida, WHITE (2007, p. 12) define bem o propósito da Igreja ao afirmar:

A Igreja é o instrumento apontado por Deus para a salvação dos homens. Foi organizada para servir e sua missão é levar o evangelho ao mundo. Desde o princípio tem sido plano de Deus que através de Sua igreja seja refletida para o mundo Sua plenitude e suficiência.

A filosofia oficial do Movimento Adventista a cerca de suas prioridades como Igreja, foi nitidamente definida no Concílio Outonal da Associação Geral de 1976, no documento intitulado: “Evangelismo e Terminação da Obra”. Resumidamente o documento declara:

Uma recapitulação de nossa história, nossa teologia e a direção providencial de Deus até o presente pode apenas aprofundar nossa convicção de que o objetivo singular desta organização como um todo é proclamar ao mundo inteiro o Evangelho eterno de Jesus Cristo no contexto das três mensagens angélicas de Apocalipse 14.

Verifica-se, que quando a compreensão missiológica mundial do Movimento Adventista cresceu e se desenvolveu, suas diretrizes impulsionaram todas as atividades e departamentos, a avançarem no cumprimento de seu propósito. Entende-se que para o cumprimento pleno de sua finalidade, a Igreja Adventista necessita que sua unidade seja fortalecida e sua identidade seja plenamente destacada.

Percebe-se que a unidade e a manutenção da identidade, são objetivos a serem alcançados, com a aplicação do Manual da Igreja pelos Adventistas do Sétimo Dia. Constatata-se que a falta de unidade e a crise em sua identidade, colaboram para a dispersão das forças e desvirtuamento de propósitos. O movimento então enfraquece e perde seu objetivo central. Entretanto, com a aplicação dos princípios do Manual, o Movimento se desenvolverá em sua unidade, pois seus procedimentos estarão unificados, e se fortalecerá em sua identidade, em vista de seu estilo de vida ser reafirmado.

Unidade e identidade são desafios a serem superados em uma sociedade assinalada pela desunião e marcada pelo egoísmo. Entende-se que a Igreja unificada representa a resposta adequada para uma sociedade dividida pela cultura, etnia e nacionalidade. A Igreja unificada terá forças para resistir às dificuldades.

Com sua unidade fortalecida e sua identidade segura, percebe-se que consequentemente o Manual colabora para a formação de uma estrutura saudável que possibilita o desenvolvimento de sua missão. WARREN (2009, p. 109) escrevendo sobre a importância da estrutura organizacional para o alcance dos objetivos de uma Igreja, descreve uma situação que ilustra este alvo:

O dois pregadores mais importantes do século XVIII foram George Whitefield e John Wesley. Embora vivessem na mesma época e fossem ambos poderosamente usados por Deus, havia significativas diferenças teológicas entre eles, bem como na organização de seus ministérios. Whitefield era mais conhecido por suas pregações. Durante sua vida, pregou mais de 18 mil sermões. Certa vez, falou para aproximadamente 100 mil pessoas num lugar próximo à cidade de Glasgow, na Escócia. Sua jornada de pregações na América do Norte estimulou o despertar conhecido como o Grande Reavivamento. Apesar disso, os biógrafos apontam que Whitefield geralmente deixava seus convertidos sem nenhuma organização, fazendo que seu trabalho tivesse curta duração. Hoje, poucos cristãos conhecem o nome de George Whitefield. Já o nome de John Wesley ainda é conhecido por milhões de cristãos. Por que? Ele era pregador itinerante e, assim como Whitefield, fazia grandes cruzadas evangelísticas ao ar livre. Mas era também um organizador. Ele criou uma estrutura organizacional para cumprir seu propósito, que continuou mesmo após sua morte.

Entende-se que organização e unidade são princípios fundamentais para o êxito e expansão de todo empreendimento eclesiástico, o desígnio é garantir um ministério consistente e sólido. FOSHEE (1973, p. 63) afirma: “Estatutos e regimento interno fornecem diretrizes para ajudar uma igreja a se mover em direção à realização de seu propósito Divino”. O Movimento Adventista possui uma missão global, para que sua missão seja alcançada, há necessidade de uma estrutura saudável que produza segurança e intencionalidade em suas ações e potencialize seus recursos para o cumprimento e alcance de seu objetivo. Verifica-se que o Manual da Igreja, votado, testado, aprovado e revisado sistematicamente ao longo dos anos, provê margem para a construção de uma Igreja unida e identificada com sua missão.

Portanto, conclui-se que, possuindo tal literatura dinâmica que foi sendo aperfeiçoada durante os anos, o Movimento Adventista solidifica sua consciência missionária ao se organizar para o alcance de sua mensagem e estilo de vida em todo o mundo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste estudo, em vista das conclusões obtidas no transcorrer do mesmo, o capítulo presente objetivará descrever resumidamente as descobertas encontradas nas seções abordadas.

4.1 Resumo

Percebeu-se que com a expansão da Igreja Adventista do Sétimo Dia em todo o mundo, muitos desafios surgiram em decorrência deste crescimento. Constatou-se, então, que com o objetivo de ver o movimento plenamente organizado, surgiu o pensamento da unificação, sistematização e registro de procedimentos administrativos e ministeriais sob a forma de um manual versátil, acessível e instrutivo aos membros da igreja. Sua utilização serviria como suporte na busca por soluções eficazes. Seu conteúdo foi se formando ao longo dos anos, onde normas e princípios foram sendo testados, aprimorados e posteriormente aprovados pelas seções da Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Sua origem deu-se em seu período chamado de desenvolvimento organizacional. Embrionariamente os pioneiros perceberam que a ordem da Igreja era um imperativo para o funcionamento efetivo de uma instituição e que a uniformidade de procedimentos requeria que um guia de normas fosse disponibilizado em forma impressa. Entretanto, sua primeira edição foi autorizada somente em 1932, sessenta e oito anos depois da organização oficial do Movimento Adventista.

Verificou-se que muitos líderes temiam que um manual tornasse formal a Igreja e restringisse a liberdade de ação, transformando suas orientações em um teste de ortodoxia. Notou-se que neste período a organização era objeto de temor para muitos e tida como uma característica distintiva de apostasia.

Porém, à medida que a Igreja crescia, seus líderes reconheceram, de maneira gradativa, a necessidade de uma referência literária organizacional, experimentada e aprovada que serviria de auxílio para pastores e membros em situações que

requeressem orientação organizacional e suporte administrativo nas mais diferentes circunstâncias.

As normas e práticas da igreja se baseiam nos princípios das Escrituras Sagradas. Esses princípios, ressaltados pelo Espírito de Profecia, estão sistematizados no Manual da Igreja. Constatase que o Manual da Igreja é a expressão do que foi revelado por Deus no que diz respeito à organização de seus procedimentos e práticas.

Percebeu-se que a função do manual da Igreja é criar uma estrutura organizacional que auxilie o Movimento Adventista nos seguintes objetivos:

- 1) Fortalecimento da Unidade.
- 2) Auxílio na Preservação da Identidade
- 3) Estrutura para a formação de uma consciência Missionária

O manual atua como uma ferramenta administrativa que equilibra a postura da Igreja, auxiliando-a para que o fanatismo e o liberalismo sejam evitados. Inserida em uma cultura de mentalidade pós-moderna, onde o relativismo, a crise existencial e os questionamentos imperam, os procedimentos bíblicos e universais do Manual da Igreja, que não se amoldam à cultura, auxiliam o Movimento Adventista a se fortalecer e se desenvolver.

4.2 Conclusões

Havendo pesquisado e discorrido sobre a origem, estabelecimento e desenvolvimento do Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia e investigada sua função, chegou-se às seguintes descobertas:

- A compreensão para a concepção de um manual administrativo na Igreja Adventista do Sétimo Dia foi gradativa. Sua origem deveu-se a necessidade de procedimentos que unificassem as ações da Igreja e trouxessem estabilidade organizacional à denominação;
- Percebeu-se que não se tratou de uma tentativa de criar e impor subitamente à igreja um padrão completo de regras de procedimentos. Ao contrário, foi um esforço, primeiramente, para preservar todas as boas ações adotadas ao longo dos anos e, então, acrescentar os regulamentos requeridos pelo aumento e complexidade crescentes da Igreja;

- As normas e procedimentos apresentados no Manual da Igreja são extraídos de princípios bíblicos. Suas práticas dão margem suficiente para que os princípios possam ser aplicados;
- Mediante os conflitos filosóficos atuais, gerados pela cultura de mentalidade pós-moderna, os procedimentos e princípios descritos no Manual da Igreja encorajam o Movimento Adventista a se fortalecer em sua identidade e missão;

Diante destas descobertas, chega-se a conclusão que o Manual da Igreja no século XXI torna-se um instrumento indispensável e eficiente para o avanço sólido do Movimento Adventista do Sétimo Dia.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Jonas. ***Uma Igreja Positiva em um Mundo Negativo.*** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2008.
- BARRO, Jorge Henrique, ed. ***Uma Igreja sem propósitos.*** São Paulo: Mundo Cristão, 2004.
- BEACH, Walter R. ***Porque Ter um Manual da Igreja ?*** Revista Adventista, Santo André, SP, Ed. Agosto, 1979.
- BEACH, Walter R. ***Como a IASD esta organizada.*** Revista Adventista, Santo André, SP: Ed. Abril, 1979.
- BELL, Albert A. ***Explorando o mundo do novo testamento: um guia ilustrado mostrando o mundo dos dias de Jesus e dos primeiros cristãos.*** Belo Horizonte: Atos, 2001.
- BORN, A. Van Den, ed. ***Dicionário enciclopédico da Bíblia.*** Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.
- BRUINSMA, Reinder. ***Tendência Pós-Modernista entre membros da Igreja.*** Revista Ministério, Tatuí, SP: Ed. Janeiro/Fevereiro, 2006.
- BURLANDY, Jorge L. ***Disciplina Eclesiástica e a realidade Jurídico-Social Brasileira: Implicações para a prática Pastoral.*** 2012. 130f. Tese (Doutorado em Teologia), Seminário Adventista Latino Americano de Teologia, Centro Universitário Adventista de São Paulo. Engenheiro Coelho, SP. 2012.
- BUTLER, George I. ***No Church Manual.*** Advent Review, Battle Creek, MI: Vol. 60, N 47, 1883.
- CANALE, Fernando. ***Adventismo Secular? Cómo Entender La Relación Entre Estilo de Vida Y Salvación.*** Lima, Peru: Universidad Adventista Unión, 2012.
- CHAMPLIN, Russel Norman. ***O novo testamento interpretado versículo por versículo.*** Vol. 2 – Lucas e João. Cidade Dutra: Hagnos, 2002.
- CHIAVENATO, Idalberto. ***Introdução a Teoria Geral de Administração.*** São Paulo: Editora Elsevier, 1999.
- COENEN, Lothar; BROWN, Colin. ***Dicionário Internacional de teologia do novo testamento.*** São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2000.
- COLEMAN, Willian L. ***Manual dos tempos e costumes bíblicos.*** Venda Nova: Betânia, 1991.
- CRISLER, C. C. Organization: ***Its character, purpose, place,***

and development in the last. Washington: Review and Herald, 1938.

CRISTIANINI, Arnaldo. **Pequeno Dicionário de Termos.** Revista Adventista, Santo André, SP: Ed. Março, 1973.

DAVIDSON, F. Ed. **O novo comentário da bíblia.** São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1995.

DAVIS, John D. **Dicionário da bíblia.** Rio de Janeiro: Hagnos, 2002.

DOUGLASS, Herbert E. **Mensageira do Senhor.** Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2003.

ELWELL, Walter A., Ed. **Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã.** São Paulo: Editora Vida Nova, 1990.

ERICKSON, Millard J. **Postmodernizing the faith.** Grand Rapids, MI: Baker Books, 1999.

_____. **Introdução a Teologia Sistemática.** São Paulo: Editora Vida Nova, 1997.

FOSHEE, Howard B. **Broadman Church Manual.** Nashville, TE: Broadman Press, 1973.

FROOM, Leroy E. **A vinda do Conosolador.** Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1988.

GEISLER, Norman. **Teologia Sistemática**, Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

GRELLMANN, H. L. (Ed.). **Nisto Cremos: as 28 crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo dia.** Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

GRENZ, S. J. **Pós-modernismo: um guia para entender a filosofia do nosso tempo.** São Paulo: Vida Nova, 1997.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática.** São Paulo: Editora Zondervam, 2007.

HALL, S. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2004.

HALLEY, Henry Hampton. **Manual bíblico de halley.** São Paulo: Editora Vida, 2000.

HARRIS, R. Laird; ARCHER, Gleason L. Jr; WALTKE, Bruce K. **Dicionário internacional de teologia do antigo testamento.** São Paulo: Edições Vida Nova, 1998.

HARVEY, Barry A. **Another city.** Harrisburg, PE: Trinity Press International, 1999.

HIEBERT, Paul G. **O evangelho e a diversidade das Culturas.** São Paulo: Edições Vida Nova, 1999.

HENRY, CARL. **Dicionário de Ética Cristã.** São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

JAPIASSÚ, H e MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

KNIGHT, George R. **A visão Apocalíptica e a neutralização do Adventismo.** Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2010.

_____. **Em busca de Identidade: o desenvolvimento das Doutrinas Adventistas do Sétimo Dia.** Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2000.

_____. **Para não Esquecer.** Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2014.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial a Pós-Moderna.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

LEHMANN, Richard P. “**O Remanescente no Apocalipse,” Teologia do Remanescente: Uma Perspectiva Eclesiológica Adventista.** Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012.

LADD, George Eldon. **Teologia do novo testamento.** São Paulo: Editora Hagnos, 2002.

LOUGHBOROUGH, John, N. **The Church: Its Organization, Order and Discipline.** Review and Herald Publishing Association, 1907.

MCEIHANY, J. L, ed. **Church manual.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2005.

MONTGOMERY, Oliver. **Principles of church organization and administration.** Washington: Review and Herald, 1943.

NEUFELD, Don F., Ed.

OLIVEIRA, Enoch de. **A mão de Deus ao leme.** Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1980.

PEREIRA, Helder Rodrigues. **A crise de Identidade na cultura Pós-Moderna.** Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/> >. Acessado em 16 de junho de 2015.

PINHO, Orlando G. **Administração da Igreja Orientações e Instruções.** Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985.

PIPIM, Samuel Korateng. **Here we Stand.** Berrien Springs, Michigan: Adventists Affirm, 2005.

PLENC, Daniel Oscar. **Alguma vez Ellen White comentou a respeito do uso do Manual da Igreja?** Disponível em: <<http://centrowhite.org.br/perguntas>>. Acessado em 17 de junho de 2015.

RODOR, Amim. **Divórcio e Novo Casamento**, Revista Parousia. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, Ano 6 N 2, 2007.

RODRIGUEZ, Angel M. **Teologia do Remanescente**, Org. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012.

SANTOS, Zinaldo. **A Igreja do nada a Ver.** Revista Adventista, Tatuí, SP: Ed. Setembro, 2009.

SANNEH, Lamin. **Religion and variety of culture.** Valley Forge, PE: Trinity Press International, 1996.

SMITH, R. Scott. **Truth e the new kin of christian.** Wheaton, IL: Crossway Books, 2005.

SARLI, Joel. **Teoria do funcionamento de uma comissão de Igreja.** São Paulo: Salt, 1983.

SCHWARZ, Richard W e GREENLEAF, Floyd. **Portadores de Luz.** Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, 2009.

SHEDD, R. P. **Disciplina na igreja.** São Paulo: Edições Vida Nova, 1985.

STENCEL, Renato. **História da Educação Superior Adventista: Brasil, 1969-1999. 2006.** 322f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, SP: 2006

TIMM, Alberto R. **Nossa Identidade Denominacional.** Revista Adventista, Tatuí, SP: Ed. Novembro, 1986.

_____. **Podemos ainda ser considerados o povo da Bíblia?** Revista Adventista, Tatuí, SP: Ed. Junho, 2001.

_____. A Igreja no mundo Contemporâneo. Revista Adventista, Tatuí, SP: Ed. Julho, 2009.

VALENTINE, Gilbert M. **The Road to a Church Manual.** Ministry Magazine, Nampa, ID: Ed. Abril, 1999.

VEITH, Gene Edward. **Posmodern times.** Wheaton, IL: Crossway Books, 1994.

VINE, W. E., UNGER, Merril F; WHITE Jr., Willian. **Dicionário vine: o significado exegético e expositivo das palavras do antigo e do novo testamento.** Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

VIRKLER, Henry A. **Hermenêutica avançada: pricípios e procesos de interpretação bíblica.** São Paulo: Editora Vida, 1999.

WATTS, Kit. **O que permanece: Normas ou Princípios?** Revista Adventista, Tatuí, SP: Ed. Março, 1997.

WALDVOGUEL, Luiz. **Nossas Normas.** Revista Adventista, Santo André, SP: Ed. Setembro, 1941.

WARREN, Rick. **Uma Igreja com Propósitos.** São Paulo: Editora Vida, 2008.

WIERSBE, Warren W. **Comentário bíblico expositivo: novo testamento.** Volume 1. Santo André: Geográfica Editora, 2008.

WIERSBE, Warren W. **A crise de Integridade.** São Paulo: Vida Nova, 1989.

WILKES, Gene C. **O último degrau da liderança.** São Paulo: Mundo Cristão, 1999.

WHITE, Ellen G. **O Grande Conflito**, 36^a. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1988.

_____. **Testemunhos para a Igreja**, Vol 3. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2006.

_____. **Testemunhos para Ministros**, 4^a. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

_____. **Testemunhos Seletos**, Vol. 3, 4^a. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

_____. **Patriarcas e Profetas**, 16^a. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2003.

_____. **Serviço Cristão**, Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2007.

_____. **Mensagens Escolhidas**, Vol. 3. 5^a. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985.